DOMINGOS MAURÍCIO GOMES DOS SANTOS

BALANÇO CULTURAL
DOS
JESUÍTAS NO BRASIL (1549-1760)

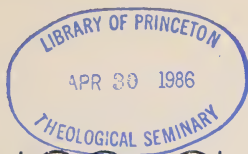


COIMBRA — 1955

BALANÇO CULTURAL
DOS
JESUÍTAS NO BRASIL (1549-1760)

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS DA
COIMBRA EDITORA, LIMITADA
1955

DOMINGOS MAURÍCIO GOMES DOS SANTOS



BALANÇO CULTURAL

DOS

JESUÍTAS NO BRASIL (1549-1760)



COIMBRA — 1955

Separata da BRASILIA, vol. IX.

BALANÇO CULTURAL DOS JESUÍTAS NO BRASIL (1549-1760)

A evolução do homem, no tempo e no espaço, não obedece, apenas, às virtualidades intrínsecas dos indivíduos que compõem a espécie sobre a terra. Depende, em muito, do condicionalismo extrínseco que os envolve. A geografia humana, ou, antes, a antropogeografia torna-se, por isso, uma das ciências de mais largo e profundo alcance, não só para a interpretação do passado, mas, ainda, para a previsão do futuro (1). A marcha heróica dos povos, sobre o planeta, bate o compasso ternário do solo, do clima e da paisagem. Entretanto, ao condicionalismo físico, como factor vectorial da evolução antropológica, cumpre associar outro, não menos importante, de ordem moral — as instituições — a que Fustel de Coulanges, em *La Cité Antique* e na *Histoire des Institutions Politiques de l'Ancienne France*, deu tão poderoso relevo, para o mundo greco-latino e para a sociedade europeia da Idade Média (2). Também, nelas, podemos descobrir um tríplice substrato de poderosa influência no devir humano: o religioso, o político e o económico-social, com os seus recursos de definição, relacionação e expressão formal, científica ou estética, que se concretizam no que se chama *cultura*.

São os homens que fazem as instituições; mas estas, por sua vez, informam os homens. Para aprofundar e interpretar a história da humanidade, nada mais útil, por isso, que o estudo atento dos quadros institucionais que a emolduraram e configuram.

Na história do Brasil moderno variadas foram as instituições que interferiram na sua formação religiosa, política e econó-

---

(1) Amorim Girão, *Geografia Humana*, págs 8-9. Porto, 1946.

(2) Para a influência da Igreja, como instituição, na civilização ocidental da Idade Média, veja-se Gustavo Schnürer, *L'Église et la Civilisation au Moyen Âge*, t. I, liv. II, págs. 207 e segs, Payot. Paris, 1933.

mico-social, como vário foi o matiz de expressão cultural, científica e artística, a que cada uma delas deu lugar.

Na hora, em que se celebra o quarto centenário da fundação da sua maior metrópole populacional e económica, a América Portuguesa remonta até às origens, para surpreender, na matriz das suas instituições, o mistério dessa prodigiosa vitalidade, integrada no conjunto da grande pátria brasileira. É impossível desfibrar, em breves momentos, até aos últimos filamentos, as grandes componentes institucionais da comunidade lusíada de Além-Atlântico. Será descabido limitar-me a esboçar alguns rasgos de acção cultural religiosa, política e económico-social que a Companhia de Jesus, como instituição característica, nela desenvolveu e a projecção que, objectivamente, nos depara na história, à luz dos documentos, interpretados com isenção e serenidade crítica? *Forse che si, forse che no* — diria Gabriel d'Annunzio. Eu opto pela negativa e, nesta *alma mater*, geratriz de cultura jesuítica e brasileira, iluminada, ainda, pelo esplendor moço de Nóbrega, que aqui forjou uma alma modeladora de novos módulos de expansão cristã e portuguesa e se viaticou para a jornada, que quatrocentos anos ainda não exauriram, desejaria evidenciá-lo, em três ou quatro traços, de brocha larga.

*

Quando o Brasil despertou para a civilização ocidental europeia, sobressaltado pelo drapejar festivo das velas cabralinas, a Companhia de Jesus ainda não existia. O baptismo cristão da terra realizou-o essa doce figura de franciscano, capelão da frota, Frei Henrique de Coimbra ([1]), o qual, como diz o seu confrade, Fr. Fernando da Soledade, se deixou logo prender do sortilégio da terra neófita, com idílios de venturoso, a que a inexorável energia do capitão pôs termo, obrigando todos os minoritas a prosseguir na rota das Índias, como preceituava o regimento manuelino ([2]).

Os jesuítas só aportariam a terras de Santa Cruz, depois de

(1) Carta de Pêro Vaz de Caminha, em *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, págs. 112. Lisboa, 1892.

(2) Fernando da Soledade, *História Seráfica*, III Parte, liv. V, c. 8, págs. 490 b-491 b. Lisboa, 1705.

consolidados em Portugal, e particularmente em Coimbra, no seu famoso Colégio de Jesus. Em 1548, D. João III, remodelando a estrutura orgânica dos seus vastíssimos domínios ameríndios, instituiu o governo geral, cujo encargo confiou a Tomé de Sousa ([1]).

O diploma joanino pode interpretar-se, hoje, como a portentosa acta institucional dum grande império, cuja unidade geográfica e política cimentou em bases firmes e, até ao presente, globalmente imutáveis. Mas dir-se-ia que a alentada vergôntea de Portugal, além mar, aconchegada ainda às bretanhas rendilhadas de espuma dos seus areais atlânticos e à colcha esmeraldina das suas florestas virgens, no berço colossal do vastíssimo continente, onde as pepitas de oiro alternam lucilações estonteantes com relâmpagos de diamante e laivos sangrentos de rubis, dir-se-ia, repetimos, que a nova criatura duma pátria nascente, sob a molície do sol tropical, desejaria continuar uma vida vegetativa de primitivismo milenário, sobressaltada, apenas, por impulsos ardorosos de instinto genésico ou esforços intermitentes de organização social defensiva. Era preciso acordar o Brasil menino para a cultura. Foi essa, a missão providencial, confiada, em forma orgânica e decisiva, à Companhia de Jesus. Como se desempenhou, esta, do cometimento?

A milícia de Inácio nasceu, no mundo e em Portugal, sob um signo de preocupações culturais. O fundador e seus primeiros companheiros eram todos graduados universitários pela Sorbona de Paris ([2]). Compreenderam, de início, que o grave problema, que a Renascença punha à consciência religiosa do século XVI, era, em grande parte, o da dissociação da fé e da cultura ou das miragens com que esta desfocava as interrogações do espírito, perante a vida e perante o universo, colocando a inteligência e a sensibilidade em falsos pontos de perspectiva. Restaurar, no homem, a harmonia entre a fé e a ciência, entre a natureza e a graça, entre o indivíduo e a comunidade, entre a matéria e o espírito, entre as aspirações sociais e a solidariedade ecuménica, tal a empresa, a que a Companhia de Jesus se abalançou com ener-

(1) *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, págs. 327 e segs. Porto, 1923. Cfr. *ibid.*, págs. 345 a-350 a.

(2) Paul Dudon, *Saint Ignace de Loyola*, págs. 212. Paris, 1934: «Tous seront maîtres ès-arts, tous prendront alors ou plus tard leurs grades en théologie.» S. Inácio não se doutorou em teologia, mas era mestre em Artes.

gia e confiança, numa alta aspiração apostólica de renovação espiritual no mundo.

Ao entrar em Portugal, Simão Rodrigues, como antigo escolar parisino e confidente de Inácio de Loiola, não desdenhara este esquema de vida. Vislumbrando a vantagem de um centro de formação de alto nível cultural para caldear a inteligência e o coração da nova falange de cavaleiros de Deus, era preciso multiplicá-los neste extremo do Ocidente cristão e lançá-los na peugada de Xavier, que em 1541 abalara para o Oriente, a atear, ali, o fogo do Evangelho. Ele pôs os olhos em Coimbra ([1]). Aceitando com reconhecimento a sugestão de D. João III, ergueu-o, à sombra da velha instituição dionisiana. Esta remoçava, então, pela recente trasladação (1537) de Lisboa para Coimbra, e prestigiada com a docência renovadora de Afonso do Prado, Francisco de Monçón, Martinho de Ledesma, Martim de Azpilcueta Navarro, Manuel da Costa, Aires Pinhel, Pedro Nunes e tantos outros ([2]). Sob o amparo tutelar do prior de Santa Cruz e cancelário da Universidade, D. Dionísio de Morais, e do hieronimita reformador dos Cónegos Regrantes, Frei Brás de Barros, que os acolheram como hóspedes, durante um mês, Simão Rodrigues e seus companheiros passaram, finalmente, a 2 de Julho de 1542, para duas casas novas de Diogo del Castillo, mestre de obras de el-rei D. João III ([3]). Doze membros da nova milícia inaciana davam humilde princípio ao que devia ser, em breve, o mais grandioso centro cultural da Companhia de Jesus no mundo. O dominicano D. Bernardo da Cruz, reitor da Universidade, conseguira aproximá-los dos Paços da Alcáçova, onde tinham assento as escolas de Direito Civil, Direito Canónico, Matemática, Retórica e Música, ao passo que, nos colégios de Santa Cruz, se professavam a Teologia, as línguas grega e latina, a Filosofia e a Medicina. A fim de os cativar, vendo o acanhado das instalações para a incipiente família, que entrou a crescer extraordinàriamente, proporcionou-lhes outra moradia adjacente,

---

([1]) Coube porém, sem dúvida, a D. João III, a iniciativa dum colégio da Companhia de Jesus em Coimbra. Cfr. a carta de S. Francisco Xavier a S. Inácio de Loiola e I. Coduri, a 18 de Março de 1541, em *Epistolae S. Francisci Xaverii*, t. I, págs. 78-79 (ed. G. Schurhammer-J. Wicki), Romae, 1944.

([2]) Mário Brandão e M. Lopes de Almeida, *A Universidade de Coimbra*, págs. 181 e segs. Coimbra, 1937 Cfr. págs. 210-211.

([3]) Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, t. I, vol. I, págs. 302 e segs. Porto, 1931.

das que, para aposentadoria da Universidade, o monarca mandara construir na Rua Nova. Assim, poderiam espraiar-se com maior comodidade e largueza. O próprio lente de Medicina, Mestre Henrique Cuéllar, tomava com ternura cuidado da saúde dos colegiais de Jesus, não perdendo ensejo de os visitar e obsequiar. O seu porte e aplicação aos estudos suscitavam a maior simpatia. «Todos estão deles muito edificados», relatava complacentemente para Lisboa, ao Piedoso, o reitor da Universidade, no mês de Agosto (1).

A sedução daquela nova forma de vida intensamente intelectual e mística contagiou a massa académica. Estudantes de vivo engenho e raras prendas morais começaram a bater às portas do Colégio de Jesus, para lhe seguir o exemplo. Melchior Nunes Barreto, no próprio dia do doutoramento em cânones, após a recepção do grau com todas as solenidades do estilo e acompanhado de doutores e graduados, deu princípio à vida religiosa. Frutuoso Nogueira, Melchior Carneiro, futuro bispo de Niceia e depois do Japão e da China, D. Gonçalo da Silveira, filho dos condes da Sortelha, D. Rodrigo de Meneses, filho do governador de Lisboa, Luís da Grã e outros, optaram pela nova milícia. Em 1544, eram já 45 os membros da comunidade. A 21 de Novembro deste ano, dia da Apresentação de Nossa Senhora, transpunha os umbrais de Jesus o aluno mais classificado do curso de Cânones regido pelo Doutor Navarro: Manuel da Nóbrega (2). Nascido a 18 de Outubro de 1517, na homónima terra do Minho (Ponte da Barca-Vila Verde), possìvelmente Paço Vedro, Magalhães da Nóbrega ou Santa Marinha de Panascais, depois de cursar Cânones em Salamanca, matriculara-se na mesma cadeira em Coimbra, a 7 de Novembro de 1538. A 14 de Junho de 1541, bacharelou-se e, em 1542-1543, já sacerdote, apresentava-se a dois concursos: um para a Universidade e outro para a colegiada de Santa Cruz. Sendo o mais sabedor, no juízo dos coevos, e doutíssimo, no conceito do mestre (3), viu-se preterido por duas circunstâncias: uma, ponderosa naqueles tempos e noutros — os competidores dispunham de empe-

(1) *Ibid.*, págs. 31s.

(2) Cfr. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. II, págs. 459 e segs. Lisboa-Rio de Janeiro, 1938.

(3) Francisco Rodrigues, *op. cit.*, t. I, vol. II, págs. 626. Porto, 1931.

nhos mais fortes; outra, de efeito atendível para a docência, embora menos para objectivos corais — ser tartamudo ([1]).

A desilusão, num e noutro caso, se desprendeu o filho do Desembargador Doutor Baltasar Afonso da Nóbrega das grandezas mundanas, aferrou-o com paixão veemente a Jesus Crucificado, preparando-o pelos caminhos da ascese para missão cultural de bem mais larga projecção e transcendência. As florestas virgens do Brasil, embaladas pelos alísios do Nordeste tropical, com seus coros maravilhosos de aves exóticas e o rumor policórdico das cachoeiras, desde o Rio Grande do Norte ao Paraná, preludiavam já o intróito da grande sinfonia da evangelização metódica, orgânica, criadora de fé e império, mensageira de graça e de cultura, estruturadora de novos módulos de civilização, para a qual três raças — branca, ameríndia e negra — carreariam um potencial genético rico de virtualidades. Da fusão, lenta mas progressiva, resultaria esse tipo específico, cada vez mais definido, que caracteriza a população brasileira moderna.

Manuel da Nóbrega, depois da formatura do espírito, em Cânones, dedicou-se, em Coimbra, à formatura do coração, em caridade. Em 1546, tem, no Colégio de Jesus, o cargo de procurador dos pobres, quer dizer, refúgio dos necessitados: órfãos, viúvas, enfermos e todo o género de vítimas do desamparo ([2]). Excelente noviciado, para a grande procuradoria do Brasil em gestação, onde os homens, longe da pátria distante, em luta com a natureza hostil e com as hordas selváticas, acometidos da doença, das feras ou dos elementos, caíam, tantas vezes, sob o látego duro da desgraça, demandando, em gritos sufocados, ou em agonias orvalhadas de sangue e lágrimas, a unção caritativa do bom samaritano, palmilhador incansável de sertões ardentes ou navegador temerário de todas as rotas de naufrágio!

A 17 de Dezembro de 1548, como vimos, D. João III, com uma visão genial, que o imortalizará nos anais da nossa expansão ultramarina, feita a experiência do sistema de donatarias e verificada a sua eficiência precária, como agente de colonização, mercê da carência manifesta de um princípio de coordenação política, económico-social e até militar dos esforços construtivos e defensivos dos donatários, resolveu constituir todo esse vasto património imperial num todo unitário. Era o Brasil-Estado,

---

(1) Serafim Leite, *op. cit.*, t. IX, págs. 414. Lisboa-Rio de Janeiro, 1949.

(2) Serafim Leite, *op. cit.*, t. II, págs. 462.

precursor do Brasil-Nação. O novo governador-geral, Tomé de Sousa, dispunha de um corpo selecto de funcionários do mais alto valor. Mas as grandes realidades imperiais não se criam, apenas, com quadros administrativos. A sua perenidade, a resistência dos seus materiais assenta em aglutinantes mais rijos e profundos: os do espírito. As duas linhas de força que Luís de Camões havia de estilizar em dois termos de bronze — Fé e Império (1) —, repetidas, como retorno temático, através das estrofes maravilhosas de *Os Lusíadas*, exprimiam, então, a forma genuína da grandeza colonizadora de Portugal, que o Brasil, aliás, exemplificou em todo o seu esplendor. D. João III, como diz Francisco Rodrigues, não separava a colonização territorial da evangelização cristã e conversão dos povos indígenas (2). «Movido por este religioso intuito, cuidou de mandar, com o primeiro governador, os apóstolos que haviam de transformar aquela região imensa num povo de uma só fé» (3). A unidade religiosa seria o melhor factor conformante para salvar, na unidade territorial, a unidade política, e na unidade política, por lenta e natural comunhão étnica, a unidade genética, económico-social e cultural (4).

Para realizar tão ambicioso programa, que num primeiro momento se poderia julgar sonho irreversível, o Piedoso dirigiu-se a Simão Rodrigues, pedindo-lhe missionários. O desejo real alvoroçou os quartéis da milícia de Deus (5). Em Lisboa e Coimbra, todos se ofereciam para a primeira leva da grande conquista. O próprio provincial «não se pôde ter mão que não pedisse a Sua Alteza, com fervor que lhe ministrava o zelo ardente, lhe outorgasse, nesta boa conjuntura, a concessão de ir pessoalmente trabalhar naquele novo campo (6)». «Quero ser o primeiro no Brasil, pois não mereci ser o segundo na Índia», teria ele dito, na referência de Baltasar Teles. Tão repetidas e fortes instâncias lhe soube fazer que o monarca houve de ceder e lhe concedeu a licença pedida. Limitou-a, contudo, ao espaço de três

---

(1) Luís de Camões, *Os Lusíadas*, canto I, c. 2, v. 3.

(2) Francisco Rodrigues, *ibid*, págs. 539.

(3) *Ibid.*

(4) Serafim Leite, *Camões, Poeta da Expansão da Fé*, págs. 66 e segs. Rio de Janeiro, 1943.

(5) Francisco Rodrigues, *ibid.* Cfr. vol. I, págs. 279.

(6) *Ibid.* Cfr. Baltasar Teles, *Chronica da Companhia de Jesu na Provincia de Portugal*, t. I, págs. 436 a. Lisboa, 1645.

anos, terminados os quais, devia tornar a Portugal» (1). O governo dos jesuítas portugueses, nesses princípios da instituição, não podia ficar acéfalo. Rodrigues escreveu a Inácio de Loiola, pedindo-lhe quem o substituísse (2). O fundador da Companhia, ante a pressão que, de toda a parte, se lhe fazia, com rogos instantes, não dispunha de ninguém a propósito (3). Mestre Simão teve de desistir do seu sonho que, nem ainda mais tarde, quer na Índia, quer na Etiópia, pôde ser satisfeito (4).

Em seu lugar, pôs Manuel da Nóbrega, dando-lhe como cooperadores cinco homens de assinalados méritos: João de Azpilcueta, sobrinho do célebre doutor Navarro, António Pires, Leonardo Nunes, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome (5).

O prestígio de que, em Coimbra, se aureolara o caritativo sacerdote, como pai dos pobres, influiu, decerto, na lembrança do seu nome para chefe da primeira expedição espiritual da Companhia de Jesus ao Brasil. Entretanto, o seu valor intelectual, a sua formação universitária de canonista, tão oportuna naquele mundo em gestação, impunham-no para tarefa, em que os problemas de ordem moral e canónica saltavam, a cada passo, na marcha da civilização, desde as praias douradas do recôncavo baiano até às florestas densas da Amazónia ou às pampas do Prata, em arremessos sucessivos da costa para o sertão. E foi providencial a escolha, porque a colonização brasileira, na sua fase prodromática de tacteio experimental, personificado nos aventureiros de fortuna ou na rudeza áspera dos homens de armas e da navegação chatinesca, dificilmente preparados para uma abordagem de almas e vidas em convívio estável, racional e orgânico, exigia valores de cultura, afeitos à complexidade problemática, que só um ambiente escolar superior e o comércio das obras de fundo proporcionam. O heroísmo, nos grandes sobressaltos de civilização,

---

(1) Francisco Rodrigues, *ibid.*

(2) *Monumenta Historica Societatis Jesu: Monumenta Ignatiana*, séries I, vol. II, págs. 307. Madrid, 1904; séries IV, vol. I, págs. 666. Madrid, 1094. Cfr. *P. Simonis Rodericii Monumenta*, págs. 607. Madrid, 1903.

(3) *Monumenta Ignatiana*, séries I, vol. II, págs. 307; séries IV, vol. I, págs. 666-667. *P. Simonis Rodericii Monumenta*, págs. 636; *Epistolae Mixtae*, vol. II, págs 724, Madrid, 1899.

(4) Francisco Rodrigues, *op. cit.*, t. I, vol. I, págs. 280.

(5) Francisco Rodrigues, *op. cit.*, t. I, vol. II, págs. 539. Cfr. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. I págs. 18.

escreveu páginas de oiro; mas as mais fecundas e perduráveis foram, sempre, as da cultura.

Na história da evangelização cristã, da Renascença até hoje, cremos ser esta a grande benemerência da Companhia de Jesus, nos três vastos continentes, onde ela exerceu o seu apostolado. O Brasil e um caso típico, que merece relevância particular; e Nóbrega, filho espiritual desta *alma mater* conimbrigense, quem, no quarto centenário de um dos episódios que mais eloquentemente o comprovam (1), se tornou acredor da estima e glorificação da posteridade, como mentor do zelo missionário inaciano, em terras de Santa Cruz, por caminhos de tão seguro porvir. Com que resultado?

*

A armada de Tomé de Sousa, com os primeiros seis jesuítas, incumbidos por D. João III de missionar todos os domínios de Portugal na América, partiu de Lisboa, a 1 de Fevereiro de 1549 (2). A 29 de Março, chegava à Baía de Todos-os-Santos. O desembarque efectuou-se na povoação de Pereira, chamada ao depois Vila Velha, junto a S. António da Barra, na actual cidade do Salvador. Para impressionar os indígenas ameríndios, e também os reinóis, já dispersos entre eles, a fim de que todos se capacitassem de que um novo sistema de colonização ia surgir no Brasil, o governador-geral deu sinal para que os recém-chegados saltassem em terra por ordem de batalha. Primeiro, as forças de guerra; depois, o exército da paz. Todos aqueles mil homens da armada, entre comandantes, altos funcionários, colonos, soldados e quatrocentos degredados, num clarividente relance de organizador consciente das responsabilidades do momento, tinham sido caldeados, durante os dois meses da viagem, numa poderosa amálgama de solidariedade religiosa e político-social, mercê dum cadinho místico de sacramentos, pregações, lição de vidas de santos, orações e cânticos litúrgicos. Nóbrega compreendia bem que aquelas migalhas de Portugal, dispersas pelo vastíssimo continente, poalha de oiro, sem dúvida, mas agitada em farândola alucinante, sob o sol dos trópicos, só podia salvar-se dos balanços incertos da fortuna, mediante um

(1) A fundação de S. Paulo.

(2) Serafim Leite, *ibid.*, págs. 19.

forte estímulo de coesão espiritual. Ele procurou comunicá-la, antes de mais, ao seu esquadrão de cavaleiros do Evangelho. Os primeiros jesuítas, precedidos pela cruz que o seu próprio maioral empunhava [1], dirigiram-se à humilde igrejinha, levantada pelo Caramuru e seus genros, acaso com algum outro português do tempo do donatário ou da armada do Gramatão. Os missionários instalaram-se numas rústicas casas, a par dela. À passagem dos homens de guerra e dos homens da paz, os índios, curiosos e reverentes, em multidão e sem arcos, acudiam a ver o espectáculo inédito. Dois dias depois, a 31 de Março, quarta dominga da Quaresma, Manuel da Nóbrega convocava todos os desembarcados para um acto do mais alto simbolismo religioso e patriótico. Diante de uma grande cruz, erguida de propósito no vasto terreiro, celebrou-se a primeira missa dos jesuítas no Brasil. Assistia o governador e todo o arraial. Os padres renovaram seus votos religiosos. Com aquela entrega total e desinteressada a Deus, à sua glória e serviço, à evangelização das almas, eles queriam afirmar, à face do céu e da terra, a sua resolução inabalável de conquistar a selva para Cristo e para a civilização. Sob o embalo da brisa marinha, a remoinhar, pelo poceirão da Baía esmeraldina, as frondes verdejantes da floresta intérmina, a voz habitualmente sincopada de Nóbrega reboaria, agora, com inédita fluência e vigor, que arrasava de lágrimas e devoção os ouvintes: «Esta terra é nossa empresa» [2].

No cenário deslumbrante, as almas, conformadas pela fé e pela confiança no futuro, abriam as portas ao mais franco optimismo. O solo era «salubre e de bons ares», diz Nóbrega. E o minhoto, acostumado às leirinhas frescas, mas acanhadas, de Ribeira Lima e Riba Cávado ou, quando muito, às margens amplas, embora sem excesso, do Mondego, dilatava seus olhos pasmos e alucinados de gozo pela imensidade continental daquele novo mundo. «A região é tão grande, escrevia numa primeira impressão, que dizem, de três partes em que se dividisse o mundo, ocuparia duas; é muito fresca e mais ou menos temperada, não se sentindo muito o calor do estio; tem muitos frutos de diversas qualidades e mui

---

(1) Baltasar Teles, *op. cit*, págs. 470.

(2) Serafim Leite, *op cit*, t IX, págs. 416. Rio de Janeiro, 1949. Cfr. *Revista ... do Instituto Histórico Geográphico Brasileiro*, t. V, 3.ª ed., págs. 466, carta ao Padre Mestre Simão a 9 de Agosto de 1549: «Esta terra é nossa empresa, e o mais gentio do mundo.»

saborosos; no mar, igualmente, muito peixe e bom. Similham os montes, grandes jardins e pomares que não me lembra ter visto pano de rás tão belo... há animais de muitas diversas feituras, quais nunca conheceu Plínio, nem deles deu notícia, e ervas de diferentes cheiros, muitas e diversas das de Espanha; o que bem mostra a grandeza e beleza do Criador, na tamanha variedade e beleza das criaturas» ([1]).

Era o êxtase da alma ocidental renascente, perante o esplendor virginal da América desnudada.

Mas os jesuítas não haviam desembarcado para contemplativos de um mundo de maravilhas, por terra, mar e céu. O seu destino era a acção: a acção plasmadora duma nova forma de comunhão humana, para a qual, já o dissemos, três raças e respectivos módulos específicos de vida, distanciados embora por abismos de diferenciação étnica, religiosa e social, iam dar a sua mais larga e efusiva contribuição. Era viável tamanha empreitada do Brasil, nessa manhã ascética, redentora? A liturgia do dia rompia, no intróito da missa, como uma marcha triunfal de promessas: «Alegra-te, Jerusalém; reuni-vos, vós todos os que a amais; regozijai-vos, todos os que sofrestes, porque haveis de ver-vos repletos pelas delícias das vossas consolações» ([2]).

E o pregão calou fundo na alma dos missionários. Nóbrega, todavia, como digno escolar coimbrão, não se entregou, no desempenho da missão confiada pelo rei e pela Companhia, ao sabor dum devaneio sentimental ao divino.

A evangelização jesuítica, desde a primeira hora, reveste-se de um carácter não exclusiva, mas, decerto, marcadamente racional. É óbvio que, na dilatação do reino de Deus, o primeiro factor a pôr em linha seria a graça divina, pela qual o Verbo de Deus se revela às almas. É esta que nas asas da fé e da vida sobrenatural, inserida nelas pelo baptismo, desenvolvida pelos sacramentos e concretizada em boas obras, na conformação da consciência com a moral promulgada por Cristo, prepara os remidos para a bem-aventurança. Contudo, a economia da salvação envolve, também, a cooperação do homem. E, sendo obra de inteligência e do amor de Deus, implica inteligência e amor, naqueles que são objecto ou instrumento de colaboração divina.

O primado do amor na evangelização foi acentuado pelo

(1) Serafim Leite, *op. cit.*, t. I, págs. 21.

(2) *Missale Romanum*, Dominica IV in Quadragesima, Introitus.

Mestre, no maravilhoso estatuto de Cristandade que ele promulgou na Última Ceia (1). Os jesuítas — e creio ser esta uma das suas geniais inovações na história moderna da expansão do catolicismo —, sem deixarem de reconhecer esse primado, antes acentuando que a interna lei da caridade e amor escrita pelo Espírito Santo, que a costuma imprimir nos corações, é que constitui a grande ajuda para a conservação e promoção do divino serviço (2), deram à cultura intelectual, como instrumento apostólico, uma importância capital que explica, em boa parte, os seus fecundos resultados, quer em extensão, quer, sobretudo, em profundidade, apesar de recursos relativamente reduzidos (3).

O plano de Nóbrega é transparente. Primeiro, organizar o apostolado em bases firmes, purificando e sublimando o elemento português, favorecendo a sua fusão com o elemento ameríndio, mas sem que ela vá até à absorção completa, que faria naufragar a recuperação do indígena para a civilização. Criar, neste, condições psicológicas e económico-sociais de elevação cultural, pela troca do estilo de vida nómada numa estabilização sedentária de habitação, fixação à terra, casamento monogâmico, pacificação tribal, combate à antropofagia, criação de fontes de riqueza, através do desenvolvimento de culturas remunerativas, tanto hortícolas como arvenses, exploração agro-pecuária, ofícios de construção civil, artes mecânicas e industriais, eis o roteiro (4).

Para tudo isto, carecia-se de um meio básico de adaptação psicológica. Nesse mundo colonial, tão complexo, onde os homens de governo, os magistrados e oficiais dos vários serviços administrativos orientadores da vida colectiva, juntamente com mercadores de pau-brasil, algodão e metais preciosos ou lavradores do Ribatejo, Alentejo, Algarve, Beira, Entre Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, se acotovelavam com soldados de ventura, chusma de alto bordo e criminosos botados a degredo, para uns e outros, por si ou em contacto com o aborígene, se lançarem à conquista das imensas riquezas, dormentes naquele solo e subsolo inviolados

(1) *Jo.* XIII, 34 e XV, 12.

(2) *Regulae Societatis Jesu:* Summarium Constitutionum, Reg. 1.

(3) François de Dainville, *La naissance de l'humanisme moderne*, págs. 3 e segs. Cfr. págs. 13 e segs. Paris, 1940. Cfr. Francisco Rodrigues, *A Formação Intelectual do Jesuíta*, pág. 10. Porto, 1917.

(4) Serafim Leite, *op. cit.*, t. IX, págs. 417 e 424. Cfr. carta já citada, de 9 de Agosto, supra, pág. 266, nota 2.

durante milénios, bastaria a catequese? Estariam as almas broncas dos índios, ainda retardados nos alvores do quaternário [1], suficientemente desabrochadas para que o pólen divino da palavra evangélica caísse nas corolas hiantes e descesse, sem entraves, até ao mistério das consciências? E os próprios portugueses, desembarcados, olhos abertos por toda a rosa dos ventos, porém cravados com avidez no deslumbramento potencial das riquezas materiais que, a cada golpe de enxada e alvião, ou das feridas fumegantes, que o ferro dos arados e charruas ia abrindo pela terra, brotavam em cachão irrepremível, naquele paraíso recém-descoberto? A cultura do espírito, aproveitando esse irresistível pendor de curiosidade, que tanto arrasta o homem para as grandes linhas do horizonte, da paisagem ou da vida, como para o mistério das ideias e das formas, eis o segredo veicular descoberto por Nóbrega. Com ela, dispôs portugueses, índios e negros, nessa aurora dum Portugal de novo estilo em formação e que, decorridas quatro centúrias, se concretizou numa das nações do mundo mais ricas de realidades e de promessas. A cultura é que diferencia os homens em sentido progressivo. A superioridade dos Romanos, proclamará, ele, aos seus esquadrões missionários, quando escrever o *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, numa hora de desânimo perante a boçalidade ameríndia e a sua lenta polícia de costumes, — a superioridade dos Romanos «não lhes veio de terem naturalmente melhor entendimento, mas de terem melhor criação» [2].

Este sentido cultural da evangelização surge, logo, nas primeiras horas da vida baiana. Marcado o perímetro no centro da enseada de Todos-os-Santos, começa a azáfama das instalações materiais, no local escolhido para a cidade do Salvador, capital do novo estado do Brasil. Primeiro, o centro espiritual da vida missionária: a capelinha de N.ª Senhora da Ajuda, rústico edifício de taipa e colmo, ou capim, que os padres por suas mãos levantaram no terreiro da Câmara, secundando a atitude do próprio governador-geral, Tomé de Sousa, que, na edificação da ermida de N.ª Senhora da Conceição, casas e muros da cidade, dava o exemplo, carregando aos ombros caibros e madeiras, incitando a imitá-lo todos os colonos e os próprios índios

---

(1) Couto de Magalhães, *O selvagem*, págs. 47-82. S. Paulo, 1935.

(2) Manuel da Nóbrega, *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, págs. 63. Cfr págs. 93 (ed. Serafim Leite). Lisboa, 1954.

tupinambás da vizinha aldeia do Calvário, hoje Carmo. Para dar início à catequese do gentio, ergueram também, aqui, uma pequena igreja. As primeiras investidas de acção civilizadora contra a antropofagia provocaram violenta reacção nos selvagens. Os padres tiveram de refugiar-se na cidade e só pela força das armas de Tomé de Sousa se acalmou o alvoroto (1). A cultura tinha de intervir. A meio caminho, entre o aldeamento indiano e a cidade nascente, mas ainda dentro dos muros, no sítio chamado, ao depois, Terreiro de Jesus, existiam umas casas de barro. Tomé de Sousa cedeu-as a Nóbrega. O maioral jesuíta deu largas, nelas, ao seu génio evangelizador: a escola, lançada como poldra a meio caminho da torrente de incompreensão que dividia o primitivismo aborígene da civilização cristã, cristalizada na cidade do Salvador, iria estabelecer a comunicação entre ambos, para um abraço fecundo.

Adjacente a estas casas, construiu-se outra igreja de taipa, em que também trabalharam os padres por suas mãos, com o auxílio da gente da cidade, tanto servos como senhores. Estava fundado, definitivamente, o primeiro colégio dos jesuítas do Brasil, ascendente ilustre daquela estirpe de escolas de vários graus e tipos de ensino, que em dois séculos se estenderam por todo o vasto continente brasileiro (2).

A ideia não era original no império ultramarino português. Os membros da Confraria da Conversão à Fé, assistidos pelo ex-franciscano Diogo de Borba e Miguel Vaz, vigário-geral de Goa, já, em 1541, tinham entrevisto a importância de instituições pedagógicas para a formação de um escol indígena cristão no Oriente (3). António Galvão, ainda antes, concebeu o alcance da fundação dum seminário para malaios e mestiços em Ternate, nas longínquas Molucas (4). Os franciscanos haviam fundado, à sua conta, duas pequenas escolas em Cranganor e Baçaim (5). A sua vida era, porém, precária e só o colégio de Goa, mercê da assistência eficaz que S. Francisco Xavier lhe deu, se desenvolveria naquele famoso Colégio de S. Paulo que, por todo fim do século XVI,

(1) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t I, 22 págs. e segs.

(2) *Ibid.*, págs. 24 e segs.

(3) J. Wicki, *Documenta Indica* (M H S I., Vol. 70), I, págs 8 e segs.; 132 e segs. Cfr. págs. 117 e segs.; 783 e segs. Romae, 1948.

(4) João de Lucena, *História da Vida do Padre Francisco de Xavier*, págs. 53 a. Lisboa, 1600; Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado*, Parte I, Conq. I, Div. 1. págs. 25, 30 e 31. Lisboa, 1710.

(5) J. Wicki, *ibid.*, págs. 344, nota 9.

até ao século XVIII, encheu de esplendor o Oriente. Na África, para a missão do Congo, expedira D. Manuel, em 1504, religiosos lóios, encarregados de doutrinar os gentios, e mestres para ensiná-los a ler e escrever (1). Os missionários levaram, além de alfaias, muitos livros de doutrina cristã, diz Damião de Góis (2). Em 1516, mandou, o Venturoso, a D. Afonso, rei do Congo, o P. Rui de Aguiar, que se interessou pela fundação de um colégio na corte negra, o qual, como diz o cronista manuelino, chegou a mil alunos, «todos filhos de homens nobres, com mestres para hos ensinarem a ler e escreuer, e gramática, e hos instruirem nas cousas da nossa sancta fé» (3).

Estas e algumas outras tentativas eram, porém, casos esporádicos, nos incomensuráveis domínios do Padroado português. Foram os jesuítas que, de forma metódica e em larga escala, puseram o ensino e a cultura do seu tempo ao serviço da evangelização.

Voltemos à Baía. Ainda, decerto, no monte Calvário e na primeira quinzena do mês de Abril, isto é, quinze dias depois do desembarque, fundou Nóbrega para a infância ameríndia o primeiro estabelecimento de ensino primário, sendo mestre-escola o irmão Vicente Rijo ou Rodrigues (4). E o superior noticiava logo para Portugal: «O Ir. Vicente [...] ensina a doutrina aos meninos, cada dia, e também tem escola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer os índios desta terra, os quais têm grandes desejos de aprender e, perguntados se querem, mostram grandes desejos» (5). A abordagem começara pela infância; mas os adultos não ficavam atrás no entusiasmo, a começar pelos principais. Um deles, escrevia Nóbrega, «aprende a ler e toma lição, cada dia, com grande cuidado, e em dous dias soube o á-bê-cê todo» (6).

---

(1) Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, t. III, 1.ª parte, págs. 693. Coimbra, 1912. P.ᵉ Francisco de Santa Maria, *O Céu Aberto na Terra*, págs. 263. Lisboa, 1697.

(2) Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, Parte I, págs. 164. Coimbra, 1926. Pouco depois, já o próprio rei do Congo pedia ao monarca português mestres pedreiros e carpinteiros para levantarem escolas de pedra e cal, «pera ensinar nossos parentes e nossas gentes». Cfr. Visconde de Paiva Manso, *História do Congo*, págs. 31-33. Lisboa, 1877.

(3) Damião de Gois, *op. cit.*, Parte IV, c 3, págs. 5 e segs.

(4) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. I, págs. 58. Cfr. *Páginas da História no Brasil*, págs. 35 e segs. S. Paulo, 1937.

(5) *Revista do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*, t. V, págs. 457-458.

(6) *Ibid.*

Era, porém, com a infância que os missionários deviam contar. E, para dar bem a entender que o propósito veicular da cultura para a fé era nítido e sistemático, acrescenta: «Convidamos os meninos a ler e a escrever, e conjuntamente lhes ensinamos a doutrina cristã, e lhes pregamos, para que, com a mesma arte com que o inimigo da natureza venceu o homem, dizendo: *eritis sicut dii scientes bonum et malum, com arte igual* seja ele vencido, porque muito se admiram de como sabemos ler e escrever e teem muita inveja e vontade de aprender e desejam ser cristãos como nós» ([1]).

As actividades pedagógicas podiam, entretanto, comprometer a catequese, finalidade essencial e primária do apostolado. Os missionários eram poucos, os índios muitos e o Brasil imenso. A preparação de agentes de ensino e a utilização de cooperadores da evangelização, cuja necessidade imediata se impunha, ditou a Nóbrega um expediente genial, na modalidade pedagógica, absolutamente inédita, que punha em jogo, para apressar a aproximação racial e linguística: a utilização de crianças brancas, idas de Portugal, e já dotadas de uma certa instrução rudimentar, religiosa e literária, a fim de com elas facilitar o ensino e a catequese, junto das crianças ameríndias e mestiças.

A 7 de Janeiro de 1550, o dia depois de Reis à tarde, embarcava, em Lisboa, o primeiro rancho no galeão *S. João Baptista*, de Simão da Gama ([2]). Tinha sido recrutado no Colégio dos Órfãos, recém-fundado junto do Colégio de S. Antão, com o qual comunicava e de que era assistido, em 1549, por um «P.^e^ Américo» daqueles tempos, Pêro Domenech. O benemérito catalão recolhia-os pelo cais da Ribeira: «moços perdidos, ladrões e maus, que aqui chamam patifes», dizia ([3]). Depois de limpos e reconfortados, na alma e no corpo, afeiçoava-os nos moldes de uma educação genuìnamente cristã e patriótica, com grande edificação da cidade e regozijo do rei. Esta vanguarda missionária de 7 crianças foi levada a bordo, em procissão. Mestre Domenech relata a cena enternecedora do embarque. O povo abria alas pelas ruas. Vendo passar os pequenos, nas suas batinas de almáfega e suas pobres trouxas às costas, informados do destino de mestres dos gaiatos ameríndios que lhes davam, interpelavam-nas, uns: «—Vós sois

---

([1]) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ibid., págs. 35.

([2]) *Ibid.*, págs. 35. Cfr. *Páginas de História do Brasil*, págs. 41 e segs ; págs. 71-80.

([3]) M H S J, *Epistolae Mixtae*, t. II, págs. 504.

ainda meninos e sabeis pouco para ensinar». E os maraus, espevitados, respondiam: «Deus é grande e nos esforçará e ensinará aquilo que havemos de dizer.» Diziam-lhes outros que, no Brasil, morrem os homens e comem carne humana. E a réplica vinha imediata: — «Em Lisboa, também morrem e depois os comem terra e bichos, e um só pai temos que está nos céus» (1). Com esta pequena tropa, aquilatada e afervorada em viagem pelos padres Afonso Braz, Francisco Pires, Salvador Rodrigues e Manuel de Paiva, fundou Nóbrega, na Baía, o Colégio dos Meninos de Jesus, juntando-lhe outros órfãos da terra, que «havia muitos, perdidos e faltos de criação e doutrina; e dos filhos dos gentios, quantos se pudessem meter em casa» (2).

As primícias de resultados foram espectaculares. «Os meninos órfãos, que nos mandaram de Lisboa, com seus cantares atraem os filhos dos gentios e edificam muito os cristãos» (3). O novo colégio da Baía passou a ser o centro mais eficaz da catequese e civilização das crianças no Brasil, atingindo não só a infância indígena e mestiça, mas até os próprios pais. «Quando algum destes nossos meninos sai fora, juntam-se mais de duzentos meninos dos gentios e o abraçam e riem com ele, fazendo muita festa, e vêm ali a casa dos meninos aprender a doutrina, e depois vão-se a suas casas a comunicá-la e a ensiná-la a seus pais e irmãos: e os gentios já fizeram uma ermida lá dentro da terra, onde têm uma cruz, e os meninos índios ajuntam-se ali e fazem oração e ensinam aos outros a doutrina que os nossos meninos lhes ensinam; e, como são novos, logo aprendem, de maneira que já os nossos meninos entendem coisas da sua língua» (4). As relações alargavam-se e estreitavam-se.

Para dar consistência ao Colégio dos Meninos de Jesus, Domenech enviou mais órfãos, em 1551, com bulas para a fundação duma confraria de protectores como a de Lisboa (5). Nóbrega interessou Tomé de Sousa e os moradores principais. A formação da juventude brasileira nos estudos literários ou nos ofícios

---

(1) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. I, págs. 35-36 e *Páginas de História do Brasil*, págs. 76. Domenech reconstitui o diálogo dos meninos com os familiares.

(2) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ibid.

(3) *Ibid.*

(4) *Ibid.*

(5) *Ibid.*, págs, 37.

mecânicos teria, ali, um excelente ponto de apoio. Numa procissão célebre de 1556, o grupo dos meninos, filhos de portugueses, mamelucos ou índios, todos vestidos de branco, impressionou a Baía. O nivelamento rácico, mercê da catequese e da instrução, era já um facto. A correspondência internacional entre estudantes impressiona, hoje, os espíritos, como um sintoma favorável de larga compreensão humana. Já existia no século XVI, entre os índios brasileiros do Colégio dos Meninos de Jesus da Baía e seus colegas do Colégio dos Órfãos, de Lisboa, aos quais, a 5 de Agosto de 1552, Diogo Tupinambá, Piribira, Mongeta e Quatia davam largas informações da sua actividade apostólica ([1]).

Esta, efectivamente, concretizava-se em entradas pelo sertão até sete léguas, por trilhos ásperos do mato e rios caudalosos. Os índios, à beira das aldeias, abriam-lhes caminhos largos como a estrada de Coimbra e recebiam-nos ao som da taquara e do maracá. E os órfãos, com seus confrades, de grinaldas na cabeça, faziam procissões, erguiam cruzeiros, cantavam, dançavam ([2]). A floresta virgem, acordando da sua letargia milenária, comungava nesta liturgia cósmica de mistério medieval, por onde perpassava um profundo sentimento de primitivismo cristão.

O Colégio dos Meninos de Jesus não se restringiu só à Baía. Bracejou, ainda, para S. Vicente ([3]). Teve, é certo, vida efémera, em virtude de o condicionalismo económico e administrativo colonial não o favorecer, apesar da sua autonomia ou, talvez, por ela. As duplas jurisdições são pouco viáveis e, na instituição baiana, interferiam as autoridades eclesiásticas e civis, que breve entraram em desacordo ([4]). Mas as suas benemerências, como instrumento de abordagem da população ameríndia, são inegáveis, sem contar os excelentes missionários e oficiais mecânicos que o Colégio proporcionou ao Brasil nascente. O valor da sua acção cultural, esse manteve-se intacto. Nóbrega reconhecia-o e, por isso, não se deixou vencer pelas incompreensões ou hostilidades dos homens e do ambiente. Fortemente apoiado pelo governo central da Companhia, pensou noutra instituição de mais vasto alcance, vinculada, apenas, a uma administração inaciana.

([1]) *Ibid.*

([2]) *Ibid.*, págs. 38.

([3]) *Ibid.*, págs. 252 e segs.

([4]) *Ibid* , págs. 38-46.

Já, em 1553, havia, no Colégio dos Meninos de Jesus, aula de gramática, isto é, de latim para os alunos mais inteligentes e com propensão para as letras. Era professor António Blasques, recém-chegado de Portugal ([1]). Simão Rodrigues, nas suas primeiras instruções a Nóbrega, frisara a importância da formação da juventude, para a criação de verdadeira e firme cristandade no Brasil ([2]). O superior da missão palpava-o, cada vez mais. Não educar meninos «seria de todo perder a esperança de se frutificar nesta terra cousa alguma» ([3]). Mas sem o auxílio real para a fundação era impossível atingir esse objectivo. Francisco Henriques ponderou-o a D. João III. As instalações preparadas pelas mãos dos Padres, que acarretavam às costas a madeira e a água e carpintejavam, para os órfãos, no Terreiro de Jesus, embora Nóbrega trabalhasse por dar princípio a «casas que ficassem para enquanto o mundo durasse» ([4]), eram insuficientes. Em 1555, o monarca remetia ordens terminantes a D. Duarte da Costa e ao bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, para que a empresa da edificação fosse por diante. As dotações, porém, chegariam só em 1564, com o padrão concedido, a 7 de Novembro, por D. Sebastião ([5]). Entretanto, antecipava-se o governo interno da Companhia, com a promulgação das Constituições no Brasil, que Nóbrega, recebeu, a 30 de Julho de 1556, ao regressar à Baía, vindo do Sul ([6]). O Colégio dos Meninos de Jesus passou a ser simplesmente Colégio de Jesus, que o continuou e elevou a categoria mais nobre ([7]). De centro de cultura, quase só elementar, o colégio da Baía tornava-se, sem a comprometer, centro de cultura secundária. Ao gosto da época e dentro dos cânones pedagógicos das escolas-tipo da França, da Alemanha e da Itália, essa cultura era, predominantemente, literária clássica, ou seja, greco-latina. Além da gramática — em três secções: ínfima, média e suprema —, abrangia a retórica, a poesia e a história. O estudo básico foi o do latim. Nele, estavam escritas ou traduzidas todas as grandes obras humanísticas da antiguidade e nele se escreviam

---

(1) *Ibid.*, págs. 45.

(2) *Ibid.*, págs. 47.

(3) Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, págs. 65.

(4) Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil*, págs. 137. Rio, 1931.

(5) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. I, págs. 538-540.

(6) Serafim Leite, *op. cit.*, t. IX, págs. 423.

(7) Serafim Leite, *op. cit.*, t. I, págs. 46.

todos os documentos científicos do tempo. Os grandes «pedagogos europeus do século XVI, católicos e protestantes», davam importância decisiva ao latim e defendiam-no por todas as vias possíveis. Herman conta os casos de Melanchton, que proscrevia a língua alemã dos programas da Saxónia. A reforma da Sorbona eliminava o francês. «O legislador da Universidade de Estrasburgo, J. Sturm, mandava punir quem usasse outra língua que não fosse a latina» ([1]). Permeáveis a tão autorizadas directrizes, os jesuítas foram, por toda a parte, promotores entusiastas do ensino clássico. No Brasil, o ensino do grego foi, em boa dose, substituído por outro de alcance mais prático: aquilo que os padres chamavam pitorescamente o grego da terra e era a língua geral dos índios: o tupi-guarani ([2]).

Ao curso de letras humanas, juntou-se o de Artes ou Ciências Naturais, como então se chamava ao curso de Filosofia, o qual abrangia a Lógica, a Física, a Metafísica, a Ética e a Matemática. No Brasil, esse curso durava, tal e qual como em Coimbra e no Colégio Romano, em 1567, entre três e quatro anos. O primeiro curso de Artes abriu, em 1572, e foi seu primeiro lente o P.^e Gonçalo Leite. Em 1593, tinha 20 estudantes, e, em 1598, 40 ([3]).

A esta função de cultura média, veio juntar-se a da cultura superior, que os jesuítas lançaram também no Brasil, quando, em 1572, o próprio provincial, Inácio de Tolosa, inaugurou os estudos de Teologia Dogmática com a exposição do tratado *De Incarnatione* ([4]). A princípio, o curso era privativo para os candidatos ao sacerdócio da Companhia. Mas, em 1575, as aulas franquearam-se, também, a estudantes externos ([5]). Em 1581, havia já dois cursos de Teologia Especulativa: um destinado, exclusivamente, aos estudantes de escol, que tinham feito com brilho o curso de Artes ([6]). O ensino da Teologia Moral, cuja

---

(1) *Ibid.*, págs. 72-73. Sobre o gosto da cultura clássica no século XVI, cfr. François de Dainville, *La naissance de l'humanisme moderne*, págs. 11 e segs. Francisco Rodrigues, *A Formação Intelectual do Jesuita*, págs. 42 e segs.; págs. 107 e segs. Para as origens parisinas da *Ratio* da Companhia, cfr. Bernhard Duhr, *Die Studienordnung der Gesellschaft Jesu:* Einleitung-Geschichte und Quellen, págs. 3 e segs. Freiburg im Breisgau, 1896.

(2) Serafim Leite, *ibid.*, pág 75.

(3) *Ibi.d*, págs. 75-76.

(4) *Ibid.*, págs. 78.

(5) *Ibid.*

(6) *Ibid.*, págs. 78-79.

necessidade para a vida pastoral, não só do clero regular, mas sobretudo do secular, era óbvia, antecipara-se já, em 1565, com o curso do P.e Quirício Caxa e intervenção do próprio Nóbrega. A casuística moral da expansão cristã ultramarina agitava, então, problemas particularmente melindrosos, como os do casamento e liberdade dos índios, a dispensa dos preceitos da Igreja, em que intervieram célebres professores universitários de Évora e Coimbra, como Fernão Peres, Gaspar Gonçalves, Molina e Azpilcueta Navarro ([1]). É evidente que, nos princípios da vida colonial organizada, nem as condições demográficas, nem as condições económico-sociais e até climáticas permitiam frequência escolar nem rendimento pedagógico ou desenvolvimento intelectual comparáveis àqueles que se registaram na Europa. Cumpre, no entanto, assinalar a largueza de vistas e persistência de esforços com que os jesuítas, a despeito de tantas dificuldades, sem esquecer as económicas, souberam lutar pela criação e desenvolvimento deste centro-tipo de acção cultural no Brasil, onde se formaram, intelectualmente, homens como António Vieira, Fr. Vicente do Salvador e tantos outros ([2]).

Tal e qual como em Coimbra, o Colégio das Artes da Baía conferiu graus académicos, iniciando a colação, em 1575, com a maior solenidade. «Eram os primeiros, a que ninguém até ali tinha subido no Brasil, desde séculos», sublinha, com ênfase, o redactor da «Carta Ânua», desse ano ([3]). O formalismo não é, por si, um índice objectivo de alta cultura; mas constitui, na história das instituições, um estímulo poderoso dela. As solenidades dos graus, a que assistia a cidade do Salvador em peso, e feitas com a maior pompa, em 1578 e nos anos seguintes, principalmente em 1581, revestiam o aparato usado nas Academias da Europa. Quanto a praxes, não faltou nem o anel, nem o livro, nem o cavalo, nem o pajem do barrete, nem o capelo feito de estofo de seda, nem por certo trombetas e charamelas, além de uma

---

(1) *Ibid*, págs. 77.

(2) Cfr. Eugénio Vilhena de Morais, *Qual a influência dos Jesuitas em nossas Letras*, em *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional (7-16 de Setembro de 1914), Parte V, págs. 633-673, Rio de Janeiro, 1917, e Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira:* Introdução ao estudo da Cultura no Brasil, Parte III. — A transmissão da cultura, c. 1: O sentido da educação nacional, págs. 287-321. Rio de Janeiro, 1943.

(3) Serafim Leite, *ibid.*, págs 96.

aluvião de epigramas, a alternar com música de instrumentos e vozes, ao estilo de Coimbra e Évora ([1]).

O colégio da Baía, através dos seus dirigentes jesuítas e pressões instantes das autoridades locais junto do governo central, pretendeu, mesmo, ser elevado à categoria de Universidade, em condições de igualdade com a de Coimbra ([2]). De facto, já era considerado instituição universitária para a Faculdade das Artes e Teologia, pois Gabriel Soares, adverso aos jesuítas, pretendendo levar a corte de Madrid a suprimir as rendas aos colégios do Rio de Janeiro e de Pernambuco, queria justificá-lo assim: «E, se em Portugal, antes, não havia mais que a Universidade de Coimbra, porque não bastará ao Brasil a da Baía, para todo o Estado?» ([3]). Evidentemente, era uma universidade de via reduzida; mas nada impedia que, com o tempo, o fosse de via larga.

Motivos, que na história da cultura nos parecem irrelevantes e em contradição com o salutar critério adoptado pela Espanha na América, dificultaram, porém, a concessão real e do próprio governo central da Ordem, nos termos pedidos ([4]). Entre varios motivos, o doutoramento de homens de cor, que também suscitou, em 1704, um incidente grave na própria Faculdade de Cânones de Coimbra ([5]), resolvido aliás a favor do pretendente por el-rei, encarava-se como um desmerecimento do próprio grau. Vieira, com aquele humorismo que sempre o caracterizou, dirigindo-se aos teólogos, filósofos e humanistas baianos, dizia-lhes que aspirassem ao doutorado efectivo e mais alto «da grande universidade das almas que eram o Grão-Pará e Rio das Almazonas» ([6]).

Por suas instalações, que hoje, substancialmente, não desdouram a actual Faculdade de Medicina da Baía; pela sua riquíssima biblioteca que, em 1694, apesar do desfalque da invasão e

---

([1]) *Ibid.*, págs. 96 Cfr. t. VII, págs. 191-208. Rio de Janeiro, 1949.

([2]) *Ibid.*, págs. 195 e segs.

([3]) *Op. cit.*, t. I, págs. 99-100.

([4]) O pedido do procurador do Estado do Brasil para que D. Pedro concedesse à Baía uma Universidade e que os graduados nela, nas Faculdades de Filosofia e Teologia, gozassem dos mesmos privilégios e honras de que gozam os graduados na de Coimbra, foi proposto no Claustro de 6 de Julho de 1669. O parecer deste foi que «não era conveniente que se deferisse a ele, pelo prejuízo que resultava a esta Universidade de Coimbra.» *Op. cit.*, t. VII, págs. 196.

([5]) *Op. cit.*, t. VII, págs. 204, nota 1.

([6]) António Vieira, *Sermoens*, t. VI, págs. 526-528. Lisboa, 1690.

ocupação da cidade pelos Holandeses, em 1624, contava 3.000 volumes, «de todo o género de escritores que se podem desejar» ([1]), não sendo difícil supor que em 1760 recolhesse à volta de 25.000 a 30.000 volumes, o que, para aquele tempo e no Brasil, é altamente apreciável ([2]); pela sua frequência escolar, num meio predominantemente absorvido por preocupações materiais, cristalizadas nos serviços da administração geral, no comércio e na agricultura, o Colégio de Jesus, da Baía, pode dizer-se o grande agente de unidade espiritual que assegurou, nas horas graves da pirataria francesa e da invasão dos Holandeses, bem como durante o domínio castelhano, a consistência moral, religiosa, política e social do Brasil, mercê da qual se mantiveram as suas constantes históricas, marcadas pelo descobrimento cabralino.

Todavia, em vez de constituir um centro insulado de cultura, ele surge-nos como um poderoso foco de irradiação dela, ao perto e ao longe, nas formas específicas que revestiu na cidade do Salvador, não em termos fragmentários, dispersivos, intermitentes, mas numa orgânica metódica e progressiva. Ao perto, na esfera do ensino elementar e médio. Do ensino elementar, pela erecção de escolas primárias em todas as aldeias catequizadas pelos jesuítas e, nomeadamente, nos seus engenhos e fazendas, primeiro pelo recôncavo baiano e depois pela costa até Sergipe e através do sertão ([3]). Do ensino médio, pela erecção do internato de Belém da Cachoeira, durante a segunda metade do século XVII (1687) ([4]), com o seu complemento na fundação do colégio feminino da Sole-

---

(1) Serafim Leite, *op. cit.*, t. V, págs. 92-93.

(2) Ao fechar-se o estabelecimento, na expulsão pombalina, a biblioteca do colégio da Baía era avaliada em 5.499$050 rs. (Serafim Leite, *op. cit.*, t. II, págs. 544). Tendo em conta que a do Rio, na mesma data, era avaliada em 1.952$510 rs., constando de 4 701 volumes (Serafim Leite, *op cit.*, vol. VI, págs. 28), não contando os traçados, pois no total iriam até 6.000, e que uma simples residência de aldeia amazónica como a Vigia, em 1760, possuía 1 006 volumes catalogados (*op. cit*, t., III, págs. 282 e t. IV, págs 399), aquela cifra não deve ser exagerada. Aliás, os desfalques, logo à raiz da expulsão, apesar de todas as cautelas governativas, deviam ser apreciáveis, tanto no Brasil como em Portugal.

(3) Serafim Leite, *op. cit.*, t II, págs. 25 e 131, nota 1. Lisboa-Rio de Janeiro, 1938 Em Sergipe, fundaram os Padres da Baía (P.e Gaspar Lourenço e Ir. João Saloni) a escola de S. Tomé, em 1575, que contava 50 alunos, os quais, depois, subiram a 100. Cfr. *op. cit*, t. I, págs. 440

(4) Cfr. Francisco Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, págs 65, nota 7. Porto, 1935.

dade (1739) ([1]), que já tinha sido a grande aspiração de Nóbrega, e ainda na fundação do seminário diocesano da Baía (1743), ligado pelos estudos ao Colégio de Jesus, cujas aulas os seminaristas frequentavam ([2]). Ao longe, pela floração de grandes unidades culturais de tipo completo, feitas encruzilhadas do espírito, no movimento demográfico, económico e político do Brasil moderno, mercê das quais os jesuítas, em verdade, se podem dizer os criadores e organizadores do ensino primário, médio e superior brasileiro, como função pública, bem entendido, não no sentido e extensão que ela tem nos estados modernos, mas de análogas preocupações e características comunitárias, com a diferença, acaso, de maior eficiência prática, porque assente em bases morais de superior quilate e de maior acessibilidade, porque absolutamente gratuito, em todos os seus graus.

*

Vejamos, em rápida síntese, a marcha progressiva da ideia de Nóbrega, através do imenso território. Antes de mais, o seu plano apostólico reveste-se dum admirável sentido geográfico. A utilização da cultura ao serviço da catequese vai desenvolver-se dentro das linhas de força duma sagacíssima compreensão das realidades. Ela há-de assentar num gigantesco quadrilátero — Baía, S. Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro — donde irradiará para todos os pontos cardiais, desde o Oiapoque ao Rio da Prata e desde as praias douradas do Atlântico, abertas ao sopro vivificante da Europa, até à raiz das cordilheiras andinas, no Alto Solimões, em Santo António das Cachoeiras no extremo do Mato Grosso (1722) ou em Tabatinga e S. Francisco Xavier do Javari (1752).

No sul, o primeiro centro desta natureza, depois das sondagens de Ilhéus e Porto Seguro, realiza-se na capitania de S. Vicente, com a fundação da sua escola em 1546 ([3]). O pensamento de Nóbrega era que se fundassem, em todos os grandes centros. «Em todas as capitanias, escrevia ele de Pernambuco, a 13 de Setembro de 1551, se ordenam casas para os filhos dos gentios se ensinarem, de que se crê resultar grande fruto, e para mais em

---

([1]) Serafim Leite, *op. cit.*, t. V, págs. 157 e segs.

([2]) *Ibid.*, pags. 151 e segs. Antes de haver seminários eclesiásticos, os colégios jesuítas, nos dois primeiros séculos, formaram quase todo o clero secular, no Brasil.

([3]) *Op. cit.*, t. I, págs. 252 e segs.

breve o Senhor ajuntar os escolhidos que nesta gentilidade tem» ([1]). A fim de efectuá-lo, aproveitara as facilidades da armada de Pêro de Góis, no desejo de acelerar a realização do seu plano. Compelido, em Porto Seguro, a voltar à Baía, enviou Leonardo Nunes, com um bando de 10 ou 12 órfãos. O *Abêré Bébé* ou Padre Voador, como lhe chamavam, sobe aos campos de Piratininga e recolhe outros filhos de povoadores portugueses e de aborígenes, fundando, com eles e os recém-vindos do norte, um pequeno colégio (1553), onde se ensinava a falar. ler e escrever português e canto. Breve, a célula germinativa, tal e qual como na Baía, evolui. A instrução primária completa-se com a secundária, pois os alunos mais hábeis são iniciados no latim ([2]). Para o desenvolvimento deste novo centro de acção cultural, foi decisiva a sua transferência para o planalto. Nóbrega, em Junho de 1553, descera à capitania de S. Vicente. O colégio tinha 80 pessoas. Sofria privações, mas era de maiores esperanças ainda que o da Baía. Contavam maravilhas das terras de Santo André da Borda do Campo, bem como da gente e do clima. Galgou a cordilheira de Paranapiacaba e estreitou amizade com o fronteiro-mor João Ramalho e os chefes índios Tibiriçá e Caiubi. A 29 de Agosto, nas margens do Tieté, já na bacia hidrográfica do Prata, perto da confluência do Tamanduatei, entre este e o Anhangabaú, e no célebre Piabiru ou Caminho do Mar, que ia da costa ao Paraguai e ao Peru, funda a aldeia de Piratininga, só para índios resolvidos a serem cristãos, onde juntou 50 catecúmenos, que ficaram entregues a dois catequistas jesuítas ([3]). A 25 de Janeiro de 1554, inaugurava-se, solenemente, o coleginho de franciscal simplicidade, consagrado ao Apóstolo das Gentes ([4]). Esse pequeno centro de instrução primária e secundária tornar-se-ia o núcleo espiritual da que havia de ser a mais importante metrópole do Brasil e expressão genuína da sua expansão territorial. Embora sujeito a vicissitudes dolorosas na época das Bandeiras, o Colégio de S. Paulo foi, como o da Baía, ao perto e ao longe, foco de intensa irradiação cultural. Ao perto, junto do núcleo de aldeias que

---

(1) Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil*, págs. 121.

(2) Serafim Leite, *ibid.*, págs. 253.

(3) *Ibid.*, págs. 270-271. Cfr *Nóbrega e a Fundação de S. Paulo*, págs. 29, 49. 56, 79-91. Lisboa, 1953.

(4) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ibid., págs. 270 e 272-273. *Nóbrega e a Fundação de S. Paulo*, págs. 79.

criou e catequizou (1). Ao longe, através de S. Vicente e, mais tarde, por intermédio do Colégio de S. Miguel, de Santos (1643), para a costa meridional, por Itanhaém, Peruíbe, Iguape e Cananeia até aos Carijós do Rio Grande do Sul (2); para a bacia do Paraná, através das aldeias índias, que também catequizou e dotou de escolas (3). Mais ainda: promovendo entradas audazes de evangelização sertaneja até ao Guaporé, Mato Grosso, Goiás e Minas (4); descendo a Santa Catarina, onde, por influência do Rio de Janeiro, se fundaria o Colégio do Desterro (Florianópolis) e, mais tarde, o Colégio e Seminário de Paranaguá (1754), para não falar do Colégio de S. Francisco Xavier da colónia do Sacramento (1717), larário de afirmação cultural portuguesa na margens do Prata (5), nem ainda no Paraguai, atingido pelo Tucumán logo em 1586, e cuja missão gloriosa, passada depois aos jesuítas espanhóis, se deveu às reiteradas instâncias e informações dos seus confrades de S. Vicente e de Piratininga (6).

Como no Centro e no Sul, também em Pernambuco o fulcro duma sociedade nova seriam, as escolas para a formação da juventude. A 26 ou 27 de Julho, Nóbrega subiu até ali com António Pires. O reconhecimento daquela costa e o desenvolvimento agrícola e comercial do Nordeste brasileiro, com o ciclo do açúcar, fez-lhe prever o alcance duma base sólida de evangelização, em Olinda. Todo o povo acolheu com entusiasmo a fundação, trabalhando nela, com fervor, homens e mulheres. As próprias índias forras, escreve o maioral jesuíta, ajudam a angariar meninos «do gentio para os ensinarmos, e criarmos em uma casa que para isso se ordena» (7). Todavia, a escola, em regra, só em 1564 aí se tornou realidade. Em 1568, ao menos, funcionava já, estàvelmente, sendo primeiro professor de ler e escrever Amaro Gonçalves. Em 1570, o ensino elementar alargou-se a estudos de humanidades com a primeira aula de latim. Em breve, os estudos literários atingiam grande desenvolvimento. O ouvidor-geral e futuro governador do Rio de Janeiro, Dr. António Salema, em 1573-

(1) *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. I, págs. 302 e segs.; t. VI, págs. 227 e segs.; 355 e segs.

(2) *Op. cit.*, t. I, págs. 315 e segs.; t. VI, págs. 433 e segs.

(3) *Op. cit.*, t. I, págs. 269 e segs.; t. VI, págs. 441 e segs.

(4) *Op. cit.*, t. VI, págs. 183 e segs.; págs. 204 e segs.; págs. 213 e segs.

(5) *Ibid.*, págs. 461 e segs.

(6) *Op. cit.*, t I, págs. 344-358.

(7) *Ibid.*, págs. 453-454.

-1574, ano em que o colégio já tinha a extraordinária frequência de 94 alunos, afirmava que, quanto a festas literárias, em qualquer Universidade se não fazia melhor. Em 1576, era dotado por D. Sebastião e, nesse mesmo ano, criou-se a cátedra de Teologia Moral para a formação do clero local, aliás bem necessária para a recta solução dos problemas de consciência que surgiam, permanentemente, em terra de tantos negócios comerciais, como era Pernambuco (1).

A acção cultural do colégio de Olinda e do seu sucessor, o Colegio de Jesus, no Recife, após a invasão holandesa, seguiu o ritmo dos colégios da Baía e de S. Paulo, através das aldeias índias do sertão, ficando célebre, entre todas, a conversão do principal Mitagaia, cujo filho Gregório foi educado em Olinda pelo P.e Luís da Grã (2). Os resultados patentearam-se no auxílio que os índios, catequizados à sua sombra, prestaram contra os piratas anglo-franceses, James Lancaster e Venner, a 25 de Abril de 1596 (3); e, sobretudo, na defesa e recuperação de Pernambuco contra os Holandeses, no século XVII (4).

Ponto estratégico de primeira ordem para a progressão para o Norte, dele irradiou, a par da expansão política contra as intrusões francesas, a conquista espiritual da Paraíba em 1683 (5), onde se abriria, posteriormente, residência, elevada casa de estudos, e também notável centro de civilização entre os aldeamentos índios (6).

De Pernambuco, se estendeu, igualmente, a evangelização ao Rio Grande do Norte, através do qual também se exerceu um trabalho intenso de pacificação entre os índios do «Pau Seco» e do «Camarão», culminado, ainda no século XVI, com as pazes dos potiguares (7).

---

(1) *Ibid.*, págs. 457-460.

(2) *Ibid.*, págs. 495 e segs.

(3) *Ibid.*, págs. 488-490.

(4) *Op. cit.*, t. V, págs. 347-389 e 391-415.

(5) *Ibid.*, págs. 499 e segs.

(6) *Op. cit.*, t. V, págs. 491-497. Em 1692, havia classe de Humanidades. Ao lado do colégio, criou-se um seminário eclesiástico, em 1745. *Ibid.*, págs. 496. Cfr. Francisco Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, págs. 64-65, notas 8 e 9. Sobre a acção nas aldeias, cfr. Serafim Leite, *op. cit.*, págs. 499-503.

(7) *Op. cit.*, t. I, págs. 513-529 e 557-559; t. V, págs. 536 e segs.; 505-510. Cumpre não esquecer a acção exercida nas aldeias de Guarairas e Guajuru, bem como nas de Apodi e Jaguaribe, entre os Paiacus, Janduins e Icós, no fim do século XVII.

O Ceará tem de reconhecer, também, a sua ascendência espiritual pernambucana. Luís Figueira e Francisco Pinto imortalizaram-se na serra de Ibiapaba, onde Pedro de Pedrosa e António Ribeiro fundaram a primeira casa e escola. Vieira deixar-nos-ia um precioso relatório da sua visita a este trabalhoso campo da evangelização. O Real Hospício de Aquirás, constituiu-se, mais tarde, com o seu seminário, o primeiro centro cultural cearense e base de aldeamentos muito notávais ([1]).

Última grande criação cultural de Nóbrega e decisiva, entre todas, para o futuro da unidade espiritual e política do Brasil moderno, foi a fundação da cidade e colégio do Rio de Janeiro, quarto vértice, cronològicamente falando, deste maravilhoso quadrilátero estratégico de constelações culturais.

O sonho da França Antárctica, tão despejadamente descrita por André Thevet ([2]), ameaça ganhar consistência, através de sucessivas depredações da costa sul, até S. Vicente, e ruinosos ataques às naus da Índia. Aproveitando a armada de Bartolomeu de Vasconcelos e mobilizando os índios das aldeias da Baía, com os temiminós do Espírito Santo e os cristãos de S. Vicente e Piratininga, que todos pôs às ordens de Mem de Sá, 18 de Fevereiro de 1560, inflamava os capitães hesitantes no ataque do forte Coligny. A sentinela da baía de Guanabara foi rendida. A fundação de uma cidade, ali, impunha-se. Pacificados os Tamoios, em Iperoig, e recrutados povoadores, principalmente, entre os índios de Piratininga, entregues à instrução e catequese de Gonçalo de Oliveira e José de Anchieta, a 1 de Março de 1565, a expedição de Estácio de Sá estabelecia o primeiro arraial ao pé do Pão de Açúcar, fundando a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro ([3]). Para assegurar-lhe termos de viabilidade total — política, económica e cultural —, amparando os colonos, aldeando e educando os índios amigos, assegurando aos filhos de portugueses e ameríndios a instrução conveniente e a iniciação no trabalho estável e fecundo, delineara-se, desde a primeira hora, um colégio, entre o Pão de Açúcar e o morro de S. João, e, depois, no morro do Castelo, lugar entre todos aprazível e sede definitiva da cidade ([4]).

([1]) *Op. cit.*, t. III, págs. 3-83. Lisboa-Rio de Janeiro, 1943.

([2]) André Thevet, *Les singularités de la France Antarctique*, cc. XXIV e segs., págs. 120 e segs. Paris, 1878.

([3]) Serafim Leite, *op. cit.*, t I, págs. 361 e segs.

([4]) *Ibid.*, págs. 391 e 394. Cfr. t. VI, págs. 3, nota 1.

A 11 de Janeiro de 1568, D. Sebastião concedeu-lhe padrão de fundação real (1). Era bem empregada a mercê, pois essa nascente instituição tornar-se-ia um dos grandes pólos, sobre os quais rodaria a formação do vasto império português de Além-Atlântico. A vida escolar estável começou, só, em Fevereiro de 1573, com curso de ler e escrever e algarismo (contar) (2). Em 1574, iniciava-se o curso de Humanidades e, em 1583, um curso de Teologia Moral (3). O seu esplendor máximo deu-se, porém, no século XVII, quando, em 1638, abriu o curso de Artes, com os primeiros actos públicos solenes de Filosofia no final dele, em 1640, e colação de graus académicos, no cerimonial e pompa do costume, assistindo as pessoas gradas da cidade, tendo à frente o governador Correia de Sá e Benevides (4). Cursos de Teologia Dogmática, houve-os só esporàdicamente, porque o Colégio Máximo da Baía bastava para atender as necessidades da colónia. Em 1725, contudo, ante instâncias da cidade, criavam-se cadeiras estáveis de Teologia Especulativa e, em 1757, o colégio fluminense encontrava-se «em posição sensivelmente igual à do baiano e ter-se-ia transformado, com o tempo, em Universidade, se a tormenta, que logo se seguiu, o não tivesse impedido» (5).

A sua história prende-se, indissolùvelmente, a factos da maior transcendência política e cultural. Foi dentro dos seus muros, e precisamente dentro da sua biblioteca, que o provincial da Companhia, Manuel Fernandes, herói de Pernambuco e Alagoas contra os Holandeses, envolveu em onda de irresistível entusiasmo o governador Salvador Correia de Sá, para aderir à Restauração de 1640, reconhecendo e proclamando D. João IV como rei de Portugal (6). Na invasão francesa de 1581, os jesuítas, com o administrador eclesiástico Bartolomeu Simões, na ausência de Sá, organizaram a resistência e o inimigo retirou (7). O mesmo deve ter sucedido, na tentativa de desembarque do holandês Van Noort, em 1599 (8). Na invasão francesa de Duclerc, em 1710,

(1) *Op. cit.*, t. I, págs. 410.
(2) *Ibid.*, págs 400.
(3) *Ibid.*, págs. 401.
(4) *Op. cit.*, t. VI, págs. 4 e segs. Lisboa-Rio de Janeiro, 1945.
(5) *Ibid.*, págs. 6.
(6) *Ibid.*, págs. 41 e segs.
(7) *Op. cit.*, t. I, págs. 395-396.
(8) *Ibid.*, págs. 396-397.

foi, pelo heroísmo dos seus alunos, o fulcro da resistência vitoriosa, dentro da tradição criada pelas célebres companhias de estudantes que, em Olinda (1630) e na Baía (1638 e 1651), tanto se notabilizaram no seu amor à terra brasileira, alimentado pelos mestres. Na invasão de 1711, chefiada por Duguay-Trouin, não faltou a dedicação dos pedagogos nem o valor dos pupilos. Eclipsou-se a competência ou lealdade do governador Castro Morais ou do sargento-mor Costa de Ataíde. A cidade foi entrada. Mas o colégio suportou, corajosamente, os maiores prejuízos do resgate, aceitando a contribuição de 14.000 cruzados ([1]).

Pormenor cultural de relevo: a rica livraria do Colégio das Artes do Rio de Janeiro foi a primeira biblioteca pública fluminense e a tipografia, que funcionava nos princípios do século XVIII, figura como uma das primeiras do Brasil ([2]).

A exemplo das instituições congéneres da Baía, de Pernambuco e de S. Paulo, ele desenvolveu, na periferia do distrito federal, uma notável acção civilizadora, sobretudo nos campos dos Goitacás e no triângulo guanabarense de Niterói, Itinga-Itaguaí e Macacu ou Papucaia ([3]). Esses três vértices, desde a presença dos Holandeses em Pernambuco, constituíram um verdadeiro campo entrincheirado de defesa militar do Rio de Janeiro. Deste centro geográfico litoral, expandir-se-ia a obra cultural, no século XVII, até à vila de Vitória, no Estado do Espírito Santo, com a fundação do Colégio de Santiago, centro e baluarte heróico, igualmente, da resistência contra a invasão holandesa ([4]), além de base de penetração cultural, pela costa e para o interior, através das escolas das fazendas e engenhos, que aglutinaram aldeamentos índios, sobretudo em Reritiba e na Aldeia dos Reis Magos, donde se actuou sobre os Tupinanquins e se reduziram os Aimorés, com entradas até aos Paranaubis (1624), e Miramomins (1671) dos Mares Verdes, no Alto Rio Doce, e índios pataxoses (1693) do mesmo sertão ([5]).

A esta acção cultural no Brasil austral, desde os dias

---

(1) *Op. cit.*, t. VI, págs. 46-53.

(2) *Ibid.*, págs. 25. Cfr. págs. 28, nota 3; t. V, págs. 23 e t. VI, pás. 26. A primeira tipografia do Rio de Janeiro foi fundada por iniciativa da Academia dos Selectos, quando era seu presidente o jesuíta P.e Francisco de Faria. Cfr. Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, págs. 307 Rio de Janeiro, 1943.

(3) Serafim Leite, *ibid.*, págs. 54-129.

(4) *Ibid.*, págs. 133-142.

(5) *Ibid*, págs. 143-180.

de Nóbrega, continuada após a sua morte com intrepidez inquebrantável, iria corresponder, no século XVII, a epopeia do Maranhão e da Amazónia, onde tanto se notabilizou o orador e prosador máximo da literatura portuguesa, Antonio Vieira. Os jesuítas chegaram à cidade de S. Luís, em 1615, quando os franceses de la Ravardière se renderam a Alexandre de Moura, a 4 de Novembro (1). A estabilização operou-se, todavia, só em 1621, numa hora grave, em que o domínio filipino, tendendo para a divisão da América em governos autónomos, criou o Estado do Maranhão independente do do Brasil. Os interesses económicos, medrados à volta da escravatura e dos cativeiros injustos, dificultaram o estabelecimento da Companhia nos estados subequatoriais do Brasil. A atitude dos jesuítas, embora compreensiva quanto à necessidade da mão-de-obra negra, subtraída aos mercados africanos, e dos índios submetidos em combate ou libertos do canibalismo, para a exploração agro-pecuária e açucareira do Norte, era inequívoca quanto à fundação do recrutamento sobre injustiças. A luta pela liberdade dos índios e pela humanização das condições de vida criadas aos escravos negros, numa movimentação trágica de exílio e apoteose, ia encher todo o século. Os jesuítas sofreram martírios cruentos; mas a voz da razão, misturada à do exílio temporário, acabou por triunfar. Nem sempre os contemporâneos lhes fizeram justiça. A história, sim. A tragédia desenrola-se entrecortada de episódios de patriotismo inexcedível, qual o que regista a participação inaciana na defesa e reconquista do Nordeste aos Holandeses, bem como na recuperação dos selvagens de grande parte da Amazónia, para a fé e para a civilização (2). Também, aqui, o papel da acção cultural vai na vanguarda, pelo ensino. O primeiro colégio do Maranhão foi fundado, em S. Luís, no ano de 1626, por Luís Figueira «para ensinar letras aos filhos dos portugueses». Mas já, em 1615, os padres Gomes e Nunes, que iam na armada de Alexandre de Moura, com a doutrina e rudimentos de ler, escrever e contar, haviam preludiado esta actividade pedagógica, por sinal em termos musicais, pois o mesmo Moura informa que o catecismo era acompanhado com canto de órgão, quer dizer polifonia, e charamelas (3). Reaberta a missão, depois da tragédia de 1649, à volta

(1) *Op. cit.*, t. III, pág , 99 e segs.

(2) *Ibid* , págs. 104 e segs. Cfr. t. V, págs. 347-495 e t. IV, págs. 3-150.

(3) *Op. cit.*, t. IV, págs. 262 e segs.

dos cativeiros injustos, em 1652 reabriu-se, também, a escola de ensino elementar. O curso de Humanidades, em 1665, tinha 44 alunos. Sob o impulso de Vieira, as Escolas Gerais de N. Senhora da Luz, ampliadas, tornaram-se notável centro pedagógico. Em 1688, com a ajuda de D. Pedro II, deu-se início aos estudos superiores com o curso de Teologia Especulativa e Moral, o que supõe, também, curso de Artes. Em 1709, era o Colégio Máximo da Província do Maranhão. Desde 1713, dava graus académicos, revestindo, as cerimónias, foros de verdadeiras «festas da cidade», com o carácter folgazão de que elas se rodeiam, hoje, no Porto, em Lisboa ou em Coimbra, na Queima das Fitas (1).

Tal e qual como nos colégios do estado do Brasil, o Colégio de S. Luís proliferou numa série admirável de instituições que completavam, em extensão, a sua missão cultural. Dentro do seu edifício, feito pela traça de Madre de Deus de Lisboa, mas muito maior, funcionou uma famosa *pinturia* ou oficina de incarnação de escultura e talha, que encheu de obras de arte, muito apreciáveis ainda hoje, todo o estado, entre o Paraíba e o Tocantins. A igreja, decalcada na planta do Loreto, também lisboeta, era monumental e os retábulos do altar-mor, de artista português. A livraria contava mais de 5.000 volumes. À sombra do Colégio de Nossa Senhora da Luz e por sua influência, ergueram-se o primeiro seminário do Maranhão, o mosteiro e recolhimento das Ursulinas para a educação da juventude feminina, a casa de retiros da Madre de Deus, maravilhoso conjunto de assistência espiritual que, sob a violência enervante do Equador, exerceu uma salutar influência de recuperação cristã (2). Dele, beneficiaram, além dos aldeamentos e fazendas da ilha de S. Luís, as 7 grandes circunscrições de aldeias índias, dispersas pelos rios Pinaré, Mearim, Itapicuru, Monim, irradiando pela costa, rumo ao Norte, até Tapuitapera e, rumo ao Sul, até Tutóia, com pequenos seminários em Parnaiba (Piauí), Simbaíba, Tapuitapera (Alcântara) e Guanarés (3).

A porta e sentinela da Amazónia é Belém do Pará. O primeiro jesuíta, chegado ali, foi Luís Figueira, no ano de 1636, em missão relâmpago. Por 1652, fixavam-se seus irmãos de hábito, a fim de fundar escolas de doutrina e latim para os filhos

(1) *Ibid.*, págs. 268-270.

(2) *Op. cit.*, t. III, págs. 117-128.

(3) *Ibid.*, págs. 135-202.

dos moradores. D. João IV, desejoso de consolidar a ocupação portuguesa daquele mundo cósmico, ainda não fisicamente estabilizado sob os torvelinhos constantes da torrencialidade do maior rio do globo, instou pela intensificação da catequese e da instrução. Aqui, se ergueu, com o tempo, o grandioso Colégio de S. Alexandre, com vasta igreja, livraria de 2.000 volumes e oficinas de encadernação. No edifício, não havia só estudos clássicos, mas *ateliers* de escultura e pinturia, bem como de artes e ofícios, principalmente marcenaria, que o tornavam verdadeiro instituto politécnico de cultura para todo o vale do Amazonas (1).

Dentro da mesma tradição nobreguense, o Colégio do Pará irradiou a sua acção através da Amazónia, noutras instituições docentes complementares: além das escolas de ensino primário dos engenhos e aldeias índias confiadas à Companhia, o Seminário de N. Senhora das Missões, destinado não precisamente à formação de clérigos, mas a internato colegial de filhos de famílias sertanejas (1748), e os pequenos colégios da Vigia e de Camutá com estudos primários e o primeiro ciclo dos secundários (2).

A maratona catequética das tribos índias da Amazónia e seu aldeamento é uma das páginas de maior audácia e abnegação de toda a história da expansão cultural humana. Na ilha de Joanes, ou Marajó, abre com a redução dos Nheengaíbas pelo P. António Vieira (3). A progressão inaciana, pela margem esquerda do Amazonas até ao Cabo Norte, constitui outro capítulo de maravilhosa cooperação para a salvaguarda da unidade religiosa e política do Brasil, num terreno onde a tardança da ocupação, as rivalidades de interesses estranhos e o contacto com a evangelização herética, realizada sobretudo nas Guianas inglesa e francesa, ofereciam um ponto vulnerável, tanto mais temível quanto eram incertos os limites definidos internacionalmente. Foi o P. Aloísio Conrad Pfeil, pintor e matemático do Colégio do Pará, quem levantou o mapa dessa zona em litígio, enviando-o a D. Pedro II, em 1685 (4). Na margem esquerda do Baixo Amazonas, a evangelização e aldeamento realizam-se à volta de Jamundá, Gurupatuba, Urubuquara, Jaquaquara, Paru e Jari (5)

(1) *Ibid.*, págs. 205-222.
(2) *Ibid.*, págs. 223-229 e 289-283.
(3) *Ibid.*, págs. 235 e segs.
(4) *Ibid.*, págs. 253 e segs.
(5) *Ibid.*, págs. 267.

e, na Costa do Mar, em torno do pequeno Colégio da Vigia, com a sua linda igreja da Senhora Mãe de Deus, rodeada de belas colunatas laterais, caso único ou extremamente raro na arquitectura religiosa do Brasil (1). A sudoeste do Pará, a obra dos aldeamentos segue até à região das Ilhas e dos Furos, pelas margens do Tocantins e do Araguaia, palmilhadas também por Vieira, e ainda mais pelas ribanceiras do Gurupá, Xingu e Tapajós (2). A montante, entra no Rio Negro e Alto Amazonas, no Madeira e no Solimões. Quatro nomes, a envolver milhares de quilómetros quadrados, percorridos em frágeis canoas, através de torrentes caudalosas, ou a pé, na selva impenetrável, infestada de feras e animais venenosos, onde o paludismo faz estragos terríveis, onde não há condições alimentares adequadas e onde a versatilidade permanente dos selvagens antropófagos suspende as vidas de um fio. Ao serviço das almas? Sem dúvida. Mas, para elas, também, ao serviço da civilização e da cultura.



Pará, S. Luís do Maranhão, Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, S. Paulo são, na vastíssima carta geográfica do Brasil, seis bases de admirável estratégia pedagógica, orgânica e metódica, para a estruturação cultural de um país em formação e que, inegàvelmente, explicam o segredo da sua aglutinação genética e da sua unidade cultural. Isto não se conseguiu sem vicissitudes, por vezes bem dolorosas; mas, afinal, redundou, por acordo e satisfação cristã das partes, numa comunhão de sentimentos e ideais, sem paralelo nas grandes nações colonizadoras extrapeninsulares.

A esta constelação pedagógica de primeira grandeza, juntemos os respectivos sistemas planetários de instituições docentes complementares e outras isoladas, ou de menor poder irradiante, como as do Piauí, Alagoas, Sergipe (3), tanto de ensino primário como secundário, e teremos, assim, uma ideia esquemática do poder orgânico e eficiente de uma só instituição docente que, se para isso recebeu auxílios do Estado, teve, sobretudo, de engenhar-se para assegurar as verdadeiras bases económicas de um ensino, como já frisámos, absolutamente gratuito para todos os seus alu-

---

(1) *Ibid*, págs. 279 e segs.

(2) *Ibid*, págs 299-366.

(3) *Op. cit.*, tom. I, págs. 439-450 e tom. V, págs. 550-554 e 563-564.

nos externos, garantindo o sustento do pessoal docente, a construção, reparação, aumento progressivo e mobilação dos edifícios, bem como o aldeamento dos índios e sua recuperação para o trabalho agrícola e industrial, mercê da exploração arvense e agropecuária das sesmarias recebidas do rei, do governo geral ou de legados pios, mantendo um sistema adequado de transportes terrestres e até marítimos para o escoamento dos produtos e sua colocação. Esta obra, filha de um espírito eminentemente culto e prático, pessoalmente desprendido de interesses e conforto material, animado na sua generalidade, pelo menos, do desejo sincero de fazer cristianismo e portugalidade, nem sempre e por todos foi compreendida. Houve, até, quem, no chamado século das luzes, e depois, sem provas, o desnaturasse e vilipendiasse, como um vulgar charlatanismo de intrujões e exploradores de credulidade, em séculos tenebrosos. Não se compreendeu o missionário-fazendeiro, tão justamente exaltado por Pedro Calmon, e fenómeno espontâneo da América florestal [1], nem as que o duque de Sully chamou «tetas principais do reino» e D. João IV «vaca de leite» de Portugal [2]. As invejas de uma boa organização, severa administração e relativa prosperidade, tudo malsinaram. Mas a história acabou por fazer justiça a esta magnífica contribuição cultural, pela docência escolar metòdicamente organizada, com base na agricultura, por toda a costa do Brasil, para portugueses, índios e negros, durante século e meio (1549-1700), e posta em marcha para o interior, nos últimos 50 anos de evangelização. Efectivamente, consolidadas estas bases marítimas, as entradas para os Mares Verdes, na peugada dos emboabas e garimpeiros pelas serranias de Minas Gerais, iniciam-se em 1717-1721, com a fundação temporária de Ribeirão do Carmo e, depois, mais estàvelmente, com o Seminário de Mariana que, desde o século XVIII, foi o maior centro de estudos humanísticos deste Estado (1750), para não falar na aldeia de S. Ana do Rio das Velhas [3]. Em Goiás,

---

(1) Pedro Calmon, *História da Civilização Brasileira*, c. XI: O Trabalho no século XVII — Um colono típico: o Jesuíta, págs. 107-112. S. Paulo, 1935. «Os Jesuítas constituíram o principal elemento propulsor da nossa agricultura.» Luís Amaral, *História Geral da Agricultura Brasileira*, págs. XVIII. São Paulo, 1939.

(2) Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, págs. 309-310. Rio de Janeiro, 1943. Cf C. R. Boxer, *Salvador Correia de Sá and the Struggle for Brasil and Angola (1602-1686)* págs. 177. Londres, 1952.

(3) Serafim Leite, *op. cit.*, tom. VI, págs. 190-201; Fernando de Azevedo, *op. cit.*, págs. 304-305.

cujo primeiro contacto realizaram, em 1659, seguindo o Tocantins e o Araguaia, até às cachoeiras, a 6 graus de latitude sul ([1]), os jesuítas não fundaram colégios; mas, intensificando-se a penetração, em plena febre de mineração, por 1749, nas xácaras que a Companhia ali possuía e cujos resultados de expansão tanto impressionaram Saint-Hilaire, até ao ponto de duvidar que, no Brasil, existissem fazendas melhor administradas, não deviam faltar escolas de ensino primário, bem como nas missões do Duro ([2]). Pormenor digno de nota: nas minas de Goiás, morreu, em 1748, o grande cartógrafo, matemático e naturalista P. Diogo Soares, ao qual, com Domingos Capacci, se deve, por mandado de D. João V, o primeiro levantamento de longitudes e latitudes de grande parte do Brasil, incluindo esta região ([3]).

Ao Mato Grosso, chegaram jesuítas portugueses e espanhóis. Estes, pelo Rio da Prata; os nossos, pelos afluentes do Amazonas, Xingu e Tapajós ou pelo Araguaia e Madeira. Em Santo Antônio de Cachoeiras, não longe portanto do território do Acre, na fronteira do Peru, trabalhavam por 1725, fazendo à sua custa a aldeia. Em 1748, com a fundação das missões de Cuiabá e Guaporé, promoveu-se a evangelização mais a fundo, o que significa que a instrução primária, também, nessa remota capitania do Oeste, se iniciou ([4]).

As regiões brasileiras do interior, ao sul do Trópico de Capricórnio, dir-se-iam proscritas da acção docente jesuítica. Não é bem assim. Nóbrega tentara, por S. Paulo, a evangelização da Baía do Prata, e até, do Paraguai. Tomé de Sousa dera-lhe, porém, ordens terminantes de não desguarnecer a costa. A missão do Paraguai foi um episódio fugaz. Mas, quando os vemos, no século XVIII, a começar a progressão para o Sul, criando centros de instrução primária e secundária em Paranaguá, Desterro, Caïbi (Porto Alegre) e na Colónia do Sacramento, tudo indica que, passada a orgia escravagista dos bandeirantes, a penetração evangélica do interior, não só pela catequese, mas também pela instrução, se realizaria com o mesmo ritmo dinâmico e criador com que a vemos desenvolver-se no Centro e no Norte.

---

(1) Serafim Litee, *op. cit.*, tom. III, págs. 338-340 e tom. VI, págs. 204 e segs.

(2) *Ibid.*, págs. 206-212.

(3) *Ibid.*

(4) *Op. cit.*, tom. III, págs 401-402 e tom. VI, págs. 204 e segs.

*

Criadores do ensino organizado — primário, médio e superior — no Brasil, constituindo-o, pelo seu carácter gratuito e aberto a todas as raças e condições sociais, em verdadeira função pública; promotores, dentro do espírito do concílio de Trento, do ensino eclesiástico, pela organização de cursos secundários e superiores para clérigos nos seus colégios; alentadores da educação feminina, em estabelecimentos adequados, cuja importância anteviram, numa sociedade colonial em formação, medindo o alcance da instrução e educação apropriada da mulher para o futuro das sociedade, os jesuítas, sobre os quais impendia a função primacial de evangelizadores de Cristo, não podem deixar de ser considerados, também, beneméritos da cultura pedagógica brasileira, como pioneiros de uma instituição comunitária — a do ensino — cujo interesse os estados modernos tanto patrocinam, por estar vinculada aos próprios destinos evolutivos da civilização. Não fizeram tudo quanto era preciso? Evidentemente. Mas isso não tira que, para o tempo e para as condições históricas, em que se encontraram, devamos reconhecer que fizeram muito. E melhor fariam, talvez, se homens, que tiveram sobre os ombros metade do mundo, fossem mais ajudados e melhor compreendidos.

*

A acção escolar não foi a sua única contribuição para o serviço da cultura. Embora brevemente, cumpre assinalá-lo, numa síntese retrospectiva da história cultural do Brasil-Colónia.

As actividades literárias e científicas, desde a primeira hora, entraram na agenda das formas de apostolado da Companhia. Como um meio ou como fim, não importa. Finalidades imediatas ou mediatas, pouco implicam nos resultados. A hierarquização dos valores não destrói a natureza objectiva deles, considerados em si. Um fim imediato, constituído em meio de finalidade mediata, só poderá ser verdadeiramente tal, dentro de uma ordenação legítima, quando a perfeição objectiva do meio concordar com a perfeição do fim. Os fins não justificam os meios. Mas os meios ineptos, também, à face da razão, não respeitam a economia racional da consecução dos fins.

Entre as actividades culturais, a que se dedicaram os jesuítas, podemos distinguir as literárias, as científicas e as artísticas. A actividade literária revestiu, no Brasil inaciano, três modalidades distintas de forma linguística: a latina, a portuguesa e a ameríndia, principal não exclusivamente (tupi-guarani), mas todas três representativas de uma só cultura verdadeira (1). A poesia latina teve, como ambiente próprio de cultivo e apreço, os Gerais escolares de maior densidade estudiosa, principalmente nas solenidades académicas da colação de graus, na recepção de personagens de relevo na administração eclesiástica e civil, e nos certames literários ou jogos florais que desempenharam, sempre, papel importante na pedagogia jesuítica. O primeiro grande poema lírico (conta 5.786 versos em 2.893 dísticos), escrito no Brasil, é o *De Beata Virgine Dei Matre Maria* (Lisboa, 1663), de Anchieta (1534-1597). Pêro Rodrigues diz ter sido composto de cor pelo jesuíta, nos ócios forçados de Iperoig, quando refém dos Tamoios, trasladando-o, depois, para o papel, em S. Vicente. É o eco dramático de uma alma cativa na selva imensa, cujas ressonâncias sobem em flecha até aos pés da Mãe de Deus, a suplicar-lhe, com a preservação do naufrágio da inocência, entre as ondas negras da volúpia e da antropofagia selvagens, a liberdade (2). Ao governador Mem de Sá, fiel amigo de Nóbrega e incansável promotor do progresso material e espiritual do Brasil, consagrou Anchieta outro poema heróico, *De rebus gestis Mendi de Sá, praesidis in Brasilia* (3).

Singular ambiente espiritual, o destes homens de fé e acção, cuja emotividade estética, na rudeza da vida colonial em abrolho, subia até às regiões amenas da estesia clássica, para, desde essas alturas, contemplar os acontecimentos e as coisas! Nos fins do século XVI, cultivou a poesia latina Manuel de Lima (1554-1620), professor de filosofia em Évora, visitador do Brasil e promotor, ali, dos estudos clássicos. Ele merece menção, porque, enquanto estu-

(1) O melhor roteiro para o exame da contribuição dos jesuítas do Brasil na história da literatura é-nos proporcionado pelos dois tomos (VIII: A-M e IX: N-Z, Rio de Janeiro, 1949), com que Serafim Leite completou a sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

(2) Cfr. Armando Cardoso, na «Introdução» da edição com tradução portuguesa, (ed. do Arquivo Nacional), Vol. XXXVII. Rio de Janeiro, 1940, págs XIII-XLVI e em *Anchieta e o Poema da Virgem*, págs. 4, Rio de Janeiro. 1933

(3) Publicou excertos, Armando Cardoso, em *Verbum*, vol. II, Rio de Janeiro, 1945, págs. 416-428. Cfr. *ibid.*, vol. I (1944), págs. 289-298.

dante de Coimbra, dedicou a Santa Isabel, em 1579, a sua inspiração, num *Ad Elisabetham Reginam*, que se encontra ainda no *Rerum Scholasticarum quae a Patribus hujus Conimbricensis Collegii scriptae sunt* (1), precioso reportório de poesias latinas, gregas, hebraicas, comédias, tragicomédias e orações académicas do Colégio das Artes, cuja consulta, como diz o Prof. Joaquim de Carvalho, é indispensável, a quem, um dia, pretender julgar a actividade literária deste estabelecimento de ensino (2).

Poeta latino foi, também, como excelente humanista, Pêro Rodrigues (1524-1628), que a Santa Isabel, rainha, igualmente dedicou, em 1570, as suas musas (3), num *Ad reginam* e noutro *De diuae Elisabethae insignibus*. No século XVII, as preocupações da pirataria holandesa fazem esmorecer o estro: *cedunt musae armis*. Mas, para o fim da centúria, com a restauração e desenvolvimento da vida colonial, reflorescem, de novo, nesse formosíssimo poema *Pyxis seu Cortex eucharisticus*, em que uma píxide artìsticamente lavrada em matéria tão frágil como a cortiça, pelo seu confrade Sebastião de Novais, inspira a Vieira, após uma filigrana descritiva do mais fino recorte virgiliano, um rapto lírico de mística piedade a Cristo Sacramentado. O espírito polimorfo do grande orador não se exauriu, nesta composição (4). Espraiou-se em saborosíssimos epigramas de puro sabor marcialesco, de que ainda restam amostras, na edição das suas obras completas. A poesia encomiástica teve um representante no Padre Eusébio de Matos, temperamento artístico notável, não só como escritor, mas também como músico e pintor, grande prègador e professor de letras humanas, filosofia e teologia. Escreveu um *Poema epicum latinum in laudem Ven. Patris Ioannis Almeida*, natural de Londres, missionário dos Carijós e asceta, morto como santo no Rio de Janeiro, em 1653, e ao qual Simão de Vasconcelos dedicou,

---

(1) Biblioteca da Universidade de Coimbra, Ms cod. 993, fols. 170 v.

(2) *Catálogo dos Professores de Filosofia do Colégio das Artes de Coimbra e da Universidade de Évora, desde 1555 a 1667*, em *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Vol. VIII, págs. 439. Coimbra, 1927.

(3) Biblioteca da Universidade de Coimbra, Mss, cod. 903, fols 105 v e 106. Acompanhou a tragédia que o P.e Luís da Cruz, nas festas da Rainha Santa deste ano, escreveu. Cfr. *ibid.*, fols, 55 v e segs.

(4) Cfr. António Vieira, *Obras Várias*. vol. II, págs. 145-148. Lisboa, 1857. Para outras poesias de menor vulto, ver as indicações bibliográficas, em Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tom. IX, págs. 313-314.

também, uma biografia (1). De carácter mais espontâneo, devia ser um volume de líricas, deixado pronto para a impressão — *edendum reliquit iustum volumen carminum metro lyrico* — pelo Padre António Viegas, humanista e filósofo (1666-1729) (2). Para o fim do século e por toda a primeira metade do seguinte, António de Lima dedica ao bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de S. Jerónimo, um *Carmen* laudatório (2) e escreve numerosas poesias de vária índole e rítmo. Francisco de Almeida (1706-1761) consagra a Anchieta o seu *Orpheus Brasilicus* (Lisboa, 1737). Na mesma linha de exaltação épica, Lourenço de Araújo (1776-1745) festejou Santo Inácio com um *Carmen Epicum*, poemeto de 344 hexâmetros (Lisboa, 1718) (3) e o arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Monteiro da Vide, com outro *Carmen Epicum*. A S. Francisco de Borja, no ambiente das festas da canonização, não faltou, com seu *Carmen Epicum*, ainda inédito (4), José de Sepúlveda (1711-1748), que ao magistrado Inácio Dias Madeira, também, consagrou um *Elogium* e um *Epigrama latino* (Lisboa, 1724). Manuel Oliva (1690-1646) derreteu-se em louvores a Nossa Senhora com um livro de versos latinos, hoje perdido, do qual escreveu, em seu neciológio, José Nogueira: «Cum praedivite pangendis carminibus vena polleret, ingentem de eius laudibus epigrammatum librum, suprema jam manu perpolitum, nobis reliquit» (5). João Pereira (1646-1715) dedicou, ao secretário da Rainha, um *Epigrama* que ainda se guarda em Évora (6). Miguel Ribeiro (1716-?) inspirou-se no nascimento do Menino Deus, para nada menos que quinhentos epigramas, classificando-o, Loreto Couto, de elegantíssimo poeta (7). É, porém, na poesia bucólica e didáctica, que os vates latinos do século XVIII mais se evidenciam. Prudêncio do Amaral (1675-1715) fez-se cantor da fazenda brasílica, no seu *De Sacchari Opificio Carmen*, publicado em Pésaro, em 1780, pelo desterrado Jeró-

---

(1) O seu nome de família era Made ou Meade. Serafim Leite, *op cit.*, tom. VIII, págs. 8. Cfr. E. M. Rivière, *Almeida (Jean de)*, em *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques*, tom. II, fols. 643. Paris, 1914.

(2) Serafim Leite, *op cit*, tom. I, págs. 534, n.º 18

(3) Publicado, na *Vida Chronologica de S. Ignácio de Loyola* de Francisco de Matos. Lisboa 1718.

(4) Archivum Romanum Societatis Jesu, *Bras.* 10 (2), fols. 429.

(5) Serafim Leite, *op. cit*, tom. IX, págs. 21.

(6) *Ibid.*, págs. 40. A cota do *Ms.* eborense é: *Cod.* 107, 1-26, fls. 338.

(7) Serafim Leite, *op. cit*, ibid., págs. 76.

nimo Moniz e reeditado, em Roma, com os *De Rusticis Brasiliae Rebus Carminum Libri IV*, consagrados à cultura da mandioca e do tabaco, bem como à pecuária, por José Rodrigues de Melo. Vertidos em português por João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, com biografias e notas de Regina Pirajá da Silva, publicou-os, a Academia Brasileira de Letras do Rio de Janeiro, em 1941. Os últimos anos de doença dulcificou-os Amaral refugiando-se na poesia elegíaca, com o seu *De Arte Amandi Deiparam*, poema de 6.000 versos, em 7 estímulos ou cantos (1). No exílio romano, o mesmo Rodrigues de Melo ofereceu a João Ricci e Faustina Parraciani um *Carmen* epitalâmico (Roma, 1778) e a D. Luís Eusébio Maria de Meneses, seu récem-nascido compatriota, um *Carmen Genethliacum* (Roma, 1780) (2). A poesia nunca foi o forte dos literatos jesuítas. Aves-do-paraíso, como Gerard Manley Hopkins (1844-1889), são raras nos aviários poéticos inacianos. Olhando ao ambiente e às preocupações da vida de acção intensa que se vive na Companhia, fora da poesia religiosa e do lirismo bucólico ou dos géneros didácticos e cumprimentos de circunstância, mal se poderiam manifestar, numa colmeia de tão febril actividade, como foram esses primeiros séculos brasileiros, outras expressões de emotividade estética. Seria, no entanto, tema digno de estudo, pesquisar, nos oradores e ascetas da Companhia, irreprimíveis manifestações de sensibilidade lírica, que nem a vida de acção nem a aridez especulativa recalcam na alma inaciana. Sob este ponto de vista, merece particular menção a poesia escrita com sangue e lágrimas nos cárceres pombalinos pelos jesuítas do Brasil, como a de Meistenburg (1719-1777) nos seus *Suspiria Captivorum Patrum Societatis Iesu in Arce S. Iuliani*, editados por Murr e Eckart e o *Rythmus* de Domingos António. que se encontra, na sua *Collecção dos Crimes e Decretos*, publicada pela Universidade em 1947 (3).

A poesia portuguesa, fora do ambiente escolar, mas dentro

(1) *Op. cit*, tom. VIII, págs. 14. Esta poesia didáctica, de matéria rústica, ocupou os ócios de muitos jesuítas americanos, desterrados na Itália. Cfr. tom. IX, págs. 100-102.

(2) *Ibid*

(3) *Op cit*, págs. 372. Foram editados por Christoph Gottlieb von Murr, em *Journal zur Kunstgeschichte und zur allgemeinen Litteratur*, vol. XIII, págs. 149-162. Nuremberga, 1775-1789. Para o *Rythmus*, ver a *Nota Preliminar* de Serafim Leite, na referida edição da «Collecção», em *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, tom. XVIII (1948), págs. 171-174.

dos cânones pedagógicos de uma época fervorosamente classicista, ou, mais ainda, pela futilidade conceituosa e gongórica, que obscureceu a inspiração de poetas e academias, não oferece elementos relevantes entre os jesuítas do Brasil. Há duas excepções de maior vulto. Uma, logo de começo — Anchieta — cujos *Cantos* foram editados pela Academia Brasileira do Rio, com introdução de Afrânio Peixoto ([1]). Nem todos se apresentam escritos, originàriamente, em português; mas são, quase sempre, de uma ingenuidade encantadora, que, dourada pela afabilidade de trato e virtude comprovada do poeta, *doublé* de dramaturgo e coreógrafo, deve ter concorrido, para o seu prestígio irresistível, junto de índios e portugueses. A outra é de José Basílio da Gama, com o seu *Uraguai*. Basílio, exclaustrado na perseguição pombalina, fez toda a sua formação literária na Companhia e a influência de seus mestres ou mentores, Francisco da Silveira e Rodrigues de Melo, é patente. Por infelicidade, o discípulo não a soube agradecer, fazendo do seu poema, como assinala Capistrano de Abreu, um panfleto indigno contra os mestres ([2]). Merece referência especial, o cultivo da poesia ameríndia. Os jesuítas aproveitaram-na como meio excelente de evangelização, dada a particular sensibilidade rítmica dos aborígenes, tanto na expressão verbal, como na música e na dança. Anchieta deixou-nos, nos seus cantos tupis ([3]), exemplares do género, que os tupinólogos deram a conhecer e cujo exemplo Cristóvão Valente (1566-1727), autor das *Cantigas na Lingoa pera os Meninos da Sancta Doctrina* (Lisboa, 1618), imitou. Mamiani fez o mesmo, em língua quiriri, no seu *Catecismo* (Lisboa, 1698) ([4]).

A poesia dramática, latina e portuguesa, não podia deixar de ter, na vida escolar brasileira, a importância que logrou na pedagogia inaciana da metrópole e em todo o mundo. Nóbrega, para obviar aos inconvenientes das peças de sabor vicentino, levadas impròpriamente para os recintos sagrados, encomendou a Anchieta um auto, que ele denominou de *Pregação Universal*,

---

([1]) *Primeiras Letras*, págs. 23-201. Rio de Janeiro, 1923.

([2]) Serafim Leite, *op. cit.*, tom. VIII, págs. 89. Para interpretar històricamente o poema *Uraguai*, veja-se a edição da Academia Brasileira de Letras (Rio de Janeiro, 1941) anotada por Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Osvaldo Braga.

([3]) Cfr. nota 1. Em *Primeiras Letras*, encontra-se a tradução portuguesa dos contos tupis de Anchieta, feita por D. João da Cunha, em 1732.

([4]) Serafim Leite, *ibid.*, págs. 351.

escrito em português e tupi-guarani, para ser entendido por todos. O êxito foi retumbante, em toda a costa, e o exemplo largamente seguido por todo o século XVI (1). As preocupações pragmáticas predominaram, naturalmente, num teatro animado destas intenções; mas é inegável que ele contém amostras de alta elevação moral e de profunda sensibilidade humana, com beleza estética. Para além dos recintos escolares, o teatro foi um poderoso agente de renovação espiritual popular, tanto entre portugueses, em peças castelhanas e vernáculas, como entre os índios, utilizando o tupi-guarani, ou misturando estes idiomas modernos, para dar vida local aos temas de acção. A língua latina predominava nas tragédias e comédias escolares. Os idiomas vernáculos, nos autos e diálogos, mas não exclusivamente, pois tragédias houve em português e de larga ressonância moral entre os espectadores, como sucedeu, em Pernambuco, com a do *Rico Avarento e Lázaro Pobre* (2). Na esteira de Gil Vicente, os Jesuítas aproveitaram, largamente, o elemento exótico americano. Não sendo iniciadores da arte dramática no Brasil, constituíram-se, de certo, os criadores de um teatro original brasileiro e os seus mais eficazes promotores, durante um século, aparecendo, apenas, na segunda metade do XVII, o primeiro dramaturgo secular, Manuel Botelho de Oliveira, que tentou introduzir, aliás sem êxito, o teatro espanhol (3). Na tragédia latina, assinalou-se Jerónimo da Gama (1682-1756), com o seu *Silentium Constans*, que foi a segunda tragédia representada no Maranhão (4), e Malagrida, ao qual se devem três peças escolares e uma de carácter sacro, em pleno século XVIII (5). O teatro latino conta, mesmo, as suas vítimas, pois Julião Xavier faleceu, em 1725, tuberculizado pela canseira em escrever uma tragicomédia para o dia da Assunção de 1723,

---

(1) Cfr. *op. cit*., tom. II, págs. 599-613. Notar (*op. cit*., tom. IV, págs. 296-298) as razões da exclusão habitual (não absoluta) dos papéis femininos nas representações dramáticas e o aproveitamento das igrejas para as de assunto sacro, sobretudo nas do Norte (*ibid*., págs 298-200). Sobre o teatro jesuítico, além da bibliografia aí apontada (pág 299, nota 3), ver o magnífico estudo de Edna Purdie, *Jesuit Drama*, no *The Oxford Companion to the Theatre*, págs. 415 b-422 b (ed. de Phyllis Hartuoll) Oxford University Press. London, 1951. Para Portugal e Brasil, ver também Francisco Rodrigues, *A Formação Intelectual do Jesuita*, págs 453-489.

(2) Serafim Leite, *op. cit*., tom. I, págs. 492 e tom. II, págs. 600

(3) *Ibid*., págs. 612.

(4) *Op cit*., t. VIII, pág. 264.

(5) *Ibid*., pág. 343, cfr. tom IV, pág. 298.

deixando fama de «*musarum cultor celeberrimus*, como diz Marcos de Tovar ([1]).

A novela simbólica com finalidade pedagógica tem os seus representantes em Alexandre de Gusmão, na *História do Predestinado Peregrino* (Lisboa, 1682), e em Barnabé Soares, nas suas *Cartas de Claro Sílvio*, hoje perdidas ([2]).

Da poesia, passemos à oratória e à ascética. Será preciso dizer que Vieira, lisboeta de nascimento e glória máxima do púlpito português, é uma criação e expressão genuína da cultura jesuítica brasileira? Com efeito, foi no Brasil que o celebérrimo missionário entrou na Companhia, fez os seus estudos de Humanidades, Filosofia e Teologia, se graduou em Artes, exerceu o magistério e se revelou excepcional orador sagrado, em toda a sua plenitude, como entre tantos outros o comprova o *Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra As de Holanda*, em 1640. Vieira não é exemplo único. Embora sem atingir a sua envergadura, António de Sá, que ele, decerto com favor, julgava por bastante substituto em suas ausências ([3]), Eusébio de Matos, Francisco de Matos, Simão de Vasconcelos, Leonardo do Vale, Félix Xavier e tantos outros, cultivam, em todas as épocas, e às vezes com notável brilho, o sermão dogmático-moral, o panegírico, a oração fúnebre e o discurso académico ([4]). A ascética tem, em Vieira ([5]) e Alexandre de Gusmão ([6]), representantes de vulto, a que fazem coroa as obras do Venerável João de Almeida, Gabriel Malagrida, Francisco de Matos e tantos mais ([7]). A catequética conta dezenas de representantes ([8]). Na hagiografia, poderíamos enfileirar tambem dezenas de escritores, com centenas de espécies sobre os mistérios da Vida de Cristo e da Virgem, ou biografias de Santos ([9]).

---

(1) *Op. cit.*, tom IX, pág. 371.

(2) *Ibid.*, pág. 128.

(3) Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, tom. I, págs. 372 b-374 a. Lisboa, 1930.

(4) Serafim Leite, *op. cit.*, tom. VIII. respectivamente, págs. 360-361, 362-370; tom. IX, págs. 173-183, 169-171, 370 Cfr. págs. 448-449.

(5) Vieira não escreveu qualquer obra ascética pròpriamente dita. Mas, nos seus sermões e exortações, há um arsenal riquíssimo de materiais da melhor ascese cristã.

(6) Serafim Leite, *op. cit*, tom. VIII, págs. 289-298.

(7) *Ibid*, respectivamente págs. 8-9, 340-350, 362-370. Cfr. tom. IX, págs. 439 e 440.

(8) *Ibid.*, págs. 429-440.

(9) *Ibid.*, págs. 440-441.

As ciências especulativas e jurídicas receberam da Companhia, nos seus colégios da Baía, Rio de Janeiro e Maranhão, válido impulso, que o acanhamento do ambiente, absorvido pela azáfama da ocupação e defesa do território, pelo comércio marítimo ou pelas lutas de interesses, em ciclos consecutivos do açúcar e da mineração, nem sempre favoreceu, acrescido pelas dificuldades de imprensa, que no Brasil se fizeram sentir, até muito tarde [1]. A bibliografia filosófica é pouco abundante. Os jesuítas serviram-se dos livros adoptados na metrópole e edições houve, como a segunda da *Summa Universae Philosophiae* do P. Baltasar Teles, que parecem ter sido destinadas integralmente às escolas brasileiras [2]. A temática dos seus Cursos de Artes sintoniza, nesses princípios, pela dos colégios de Coimbra e Évora. Ainda assim, nas notas manuscritas ou conclusões magnas de António de Andrade, Luís de Carvalho, Marcos Coelho, Francisco Faria, António da Fonseca, Bento da Fonseca, Rodrigo Homem, Manuel de Lima, Domingos Ramos, Manuel da Silva, Inácio Tolosa e muitos mais, é possível surpreender vestígios da orientação filosófica de além-Atlântico, de 1572 a 1758. Um elemento cumpre ter em vista: é que não faltou, aos Cursos de Artes do Brasil, o estímulo das correntes filosóficas ou científicas estrangeiras, através do italiano António Maria Bonucci, do checoslovaco Valentim Estancel, professor nas Universidades de Olmutz e de Praga, e do suíço Jodoco Peres ou Perret, antigo professor de filosofia das Universidades de Munique e de Dilinga, e cujas doutrinas inovadoras causaram alvoroço [3].

Nas ciências sagradas, a escritura, a teologia dogmática,

---

(1) As primeiras imprensas, no Rio de Janeiro, são as do Colégio da mesma cidade (à volta de 1724) e de Isidoro da Silva (1747). Em 1734, ainda alguns livros do P. Alexandre de Gusmão aparecem, na sua primeira edição, em Portugal. Cfr. Serafim Leite, *ibid.*, pág. 293.

(2) Não há outra explicação para a inexistência de exemplares desta edição na Europa. Na 4.ª de 1651-1552, o autor refere-se, largamente, no prólogo, à aceitação que a sua obra teve no Brasil, onde Teles, no dizer de D. Francisco Manuel de Melo, «passou a ser mestre comum do nosso novo mundo brasileiro». Cfr Baltasar Teles, *História da Etiópia*, Antidoron, fols. 10 nn. Coimbra, 1660 e *Summa Universae Philosophiae*, tom. I, Praelogium. Lisboa, 1652. Ver, também, o nosso estudo, *Os Jesuítas* e a *Flosofia Portuguesa dos Sécs. XVI* a *XVIII*, em *Brotéria*, vol. XXII, págs. 395-410 Lisboa, 1936. D. Francisco Manuel de Melo *(ibid.)* dá testemunho das quatro edições: «estampada quatro vezes».

(3) A importância de Bonnuci é somenos. Mas, a de Estancel e Perret, valiosa. Cfr. Serafim Leite, *op. cit.*, tom. VIII, págs. 208-212 e tom. IX págs. 44-47.

a teologia moral e o direito canónico contam representantes de relativo mérito e interesse. O primeiro tratado de teologia, composto no Brasil, parece ter sido do P.ᵉ António Vieira (1635), que, todavia, se perdeu. Não se pode esquecer a parte que alguns jesuítas brasileiros, sobretudo Domingos Ramos, tiveram, na questão do «Probabilismo» [1]. É, porém, na teologia moral e nos cânones que a história destas disciplinas se há-de voltar para as escolas do Brasil. A evangelização e o contacto de três raças, com características psicológicas tão distintas e em níveis tão diversos de civilização e cultura, criaram à consciência cristã dos seus orientadores espirituais, num mundo novo, e em formação religiosa, política, económica e social, problemáticas complexas e delicadas, que só espíritos de invulgar estrutura mental poderiam resolver satisfatòriamente. As lutas pelas liberdades dos índios; a condição dos escravos negros e dos aborígenes cativos em combate; a questão candente da mão-de-obra, na Baía, em Pernambuco, no Maranhão e em S. Paulo, bem como, ao depois, em Minas Gerais; as entradas sertanejas dos paulistas, puseram à prova a competência e seriedade dos juízes das almas e mentores da opinião pública. Os antigos arquivos da Universidade de Évora e do Colégio de Jesus de Coimbra ou de S. Roque oferecem-nos, ainda, documentos respeitantes, sobretudo, à casuística matrimonial e à aplicação da legislação eclesiástica positiva nos grandes centros comerciais do Maranhão, de Pernambuco e de S. Paulo, bem como o candente problema do governo das aldeias, fizeram suar moralistas e juristas, quando não os afogaram em rios de tinta. Diante desta aluvião de questões, a ciência jesuítica não se deixou intimidar pelo peso da responsabilidade. Nóbrega, como bom discípulo de Azpilcueta Navarro, abriu a série dos grandes mestres, na defesa da liberdade dos índios do Brasil, quando discutiu o problema: «Se o pai pode vender a seu filho e se um se pode vender a si mesmo», restringindo este caso, contra a opinião de Quirício Caxa, só para a hipótese de necessidade extrema e denunciando, com desassombro inaudito, ilegítimos, os cativeiros de quase todos os escravos, então existentes no Brasil [2]. Vieira foi outro mantenedor acérrimo das liberdades índias e da mitigação da dureza das condições de vida, criadas

(1) *Op. cit.*, tom. V, págs. 178-178.

(2) Serafim Leite editou, parcialmente, o trabalho de Nobrega, em *Novas Cartas Jesuíticas*, págs. 113-129.

aos negros nas explorações açucareiras do Maranhão e do Pará. O sermão das tentações contra os cativeiros injustos, e o ainda mais célebre sermão amazónico da Epifania, pregado na capela real, em 1662; o voto contra as administrações particulares; o parecer sobre a conversão e governo dos índios e gentios; a informação sobre o modo como foram tomados e sentenciados por cativos os índios no ano de 1655, o «Regulamento das aldeias» ou «Visita» e tantos outros escritos, são diplomas que marcam na história das instituições morais e jurídicas do mundo (1). E, no encalço de Vieira, quantos mais, como Jorge Benci com o seu extraordinário livro *Economia christã dos senhores no governo dos escravos*, Manuel da Fonseca, António Rangel, Anibal Mazzolani, Luís Nogueira, Bento da Fonseca, que propôs a abolição pura e simples de toda a forma de escravidão entre os índios (2), e João Ferreira.

Jurista canónico de mérito, foi Simão Marques, com o seu *Brasilia pontificia* (Lisboa, 1748); e jurista canónico-civil, Antonil (José António Andreoni), no seu *Cultura e Opulência do Brasil* (Lisboa, 1711), primeiro trabalho sobre o Estado de Minas, como diz Xavier da Veiga (3). Baltasar Duarte é autor do primeiro bulário do Padroado, na sua *Bullarum Collectio* (Lisboa, 1707), utilizada por Paiva Manso (4). Manuel Dias foi, também, jurisconsulto de mérito, e deixou um *Promptuarium Juris*, inédito (5). Domingos Ramos interveio na organização das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Baía* (Coimbra, 1729).

A liturgia foi cultivada por João de Azevedo, exilado para a Itália e falecido em Pésaro em 1772. Formado na Escola Litúrgica, do seu ilustre confrade Manuel de Azevedo (1713-1796), edi-

---

(1) Cfr. António Vieira, *Sermões*, vol XII, págs. 315-340 Lisboa, 1699; vol. IV, págs, 491-549, Lisboa, 1685; *Obras Várias*, tom. I, págs. 239-251; *Obras Inéditas*, vol. III, págs 101-113; *Obras várias*, vol. I, págs. 107-135; Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tom. IV, págs. 106-124 Cfr. tom IX, págs. 307 e segs.

(2) Cfr. Lourenço Kaulen, *Resposta Apologética ao Poema intitulado «O Uraguai»*, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tom. LXVIII, págs 108-109. Rio de Janeiro, 1907.

(3) José Pedro Xavier da Veiga, *Ephemerides Mineiras*, vol. I, págs. 377-391. Ouro Preto, 1867.

(4) Paiva Manso, *Bullarium Patronatus*. tom. I. Prefatio. págs, 6 (nn). Lisboa, 1886. Cfr. Serafim Leite, *op. cit.*, tom. VIII, págs. 201-202.

(5) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. III, págs. 340 a. Lisboa-Rio de Janeiro, s/d.

tor e compilador das obras de Bento XVI [1], deixou um *Tractatus in Rubricas Missae et Officii*, infelizmente inédito.

Na historiografia é, talvez, onde a contribuição inaciana se pode considerar excepcional e insubstituível, para a reconstituição dos três primeiros séculos da vida brasileira, não tanto pelo número e qualidade das obras, sem lhes querermos nem devermos negar o valor informativo, quanto pela quantidade de materiais recolhidos metòdicamente e que constituem, hoje, a fortuna dos investigadores. Simão de Vasconcelos, com a sua *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* (Lisboa, 1603), que mereceu ao Dr. Francisco Brandão caloroso elogio [2], dá-nos um relato cheio de colorido e denso de pormenores do primeiro século de actividade inaciana no Novo Mundo. Embora as *Notícias antecedentes e curiosas*, que a precedem, sobre o «Paraíso na América», a desmereçam cientìficamente, encerram o gérmen daquela ufania brasileira, em que já palpita o primeiro sobressalto de enraizamento autónomo lusíada, além-Atlântico [3]. A *Informação das terras do Brasil* (1550), de Nóbrega [4], os *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (Lisboa, 1847), de Fernão Cardim, a *História de la fundación del Collegio de la Baya de Todolos Sanctos* (Rio, 1897), a *História de la fundación del Collegio de la Capitania de Pernambuco* (Porto, 1923), o *De Prima Collegii Fluminis Januarii Institutione* (inédito), de António de Matos [5], a *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* (Rio de Janeiro, 1909), de João Filipe Bettendorf, o *Sumário das Armadas... do Rio Parahiba* (2.ª edição, Rio de Janeiro, 1873), de Simão Travaços, o *Catálogo dos Bispos que teve o Brasil até o anno de 1676* (Lisboa, 1719), de Prudêncio do Amaral, o *Oriente conquistado* (Lisboa, 1710), do P. Francisco de Sousa [6], e a série magnífica de narrativas do exílio e expulsão pombalina, devidas às penas de Kaulen, Eckart, Matias Rodrigues, Francisco da Sil-

---

(1) *Enciclopedia Cattolica*, vol. II, cols 575. Roma, 1949.

(2) Cfr. *op. cit*, vol. I, págs XX-XXIII nn. Lisboa, 1865: Licenças do Santo Ofício e do Paço.

(3) *Ibid*, págs. XXV-CLVI. Cfr. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tom. IV, págs 173-183.

(4) Cfr *Cartas do Brasil*, págs. 97-102. Rio de Janeiro, 1931.

(5) Cfr Serafim Leite, *op. cit*, tom. I, págs. XXVII

(6) Embora não escrevesse sobre o Brasil, nem pertencesse a qualquer das províncias desse Estado, é uma glória brasileira, portanto, como nascido na Baía, não deve ser esquecido. Cfr. Serafim Leite, *op. cit.*, tom. III, págs X.

veira ([1]), e outros, são obras dignas de figurar em qualquer História da Literatura. A obra de reconstituição histórica, que há-de fazer-se, em face da abundante bibliografia de denegrimento sistemático, no século XVIII, à volta da supressão dos jesuítas, tem de contar com esta última série de depoimentos, sinceros e objectivados.

A literatura histórica inaciana do Brasil cultivou, em abundância, a biografia eclesiástica e civil, encontrando-se largamente representada, desde 1549 a 1760, em inúmeras memórias, relações e informações, etc. Mas é, sobretudo, pela série quase ininterrupta de *Cartas Ânuas* e de cartas particulares que a historiografia dos jesuítas do Brasil ficará gloriosamente vinculada à história da cultura, sem, nem de longe, sofrer confronto com qualquer instituição, quer pela multidão e minúcia das notícias geográficas, históricas, folclóricas, etnográficas, botânicas, zoológicas, religiosas, económicas e sociais, quer pela elevação dos ideais patrióticos e cristãos que se revelam e, ainda, pela conclusão, francamente favorável, a que o investigador chega, ao fazer o balanço moral dos homens que as escreveram e da colectividade que as recolheu e, em grande parte, divulgou ou está divulgando. Efectivamente, de parceria com a documentação similar, enviada da Índia e do Extremo Oriente ou da África, e da América, tanto do Norte como hispânica, esse material deu lugar a uma espécie de imprensa periódica — os *Avisi Particolari* (Roma, 1552 e segs.), os *Diversi Avisi* (Veneza, 1558 e segs.) e os *Nuovi Avisi*, publicados em Veneza, desde 1559 e segs. até às *Lettres et Voyages* (1642-1726), ao *Der Neue Weltbott*, editado em Augsburgo e Gratz (1729), às *Nouvelles des Choses qui se passent en diverses et lointaines parties du Monde* (Paris, 1607), às *Lettres de quelques missionaires de la Compagnie de Jesus* (Paris, 1702), às *Lettres edifiantes et curieuses* (Paris, 1780), bem como às *Cartas edificantes y curiosas* (Madrid, 1753-1756), e tantas outras colecções, que levaram, a toda a Europa, as grandes palpitações do mundo exótico, nas almas e nas coisas ultramarinas ([2]). Ponderamos, hoje, a difusão que, em tão vários idiomas, tiveram *Os Lusíadas*. E é justa, a ponderação. Mas, quando eles se publicaram, em 1572, já a *Informação do Brasil*,

---

([1]) Cfr. Serafim Leite, *op, cit.*, respectivamente, tom. VIII, págs. 307-312, 204-207; tom. IX, págs. 88-90, 126-127.

([2]) Cfr. Augusto Garayon, *Bibliographie historique de la Compagnie de Jésus*, págs. 62 e segs. Paris, 1864.

de Nóbrega, escrita ali, em 1550, corria impressa 6 vezes, em vários países (¹).

Não podemos deixar na penumbra a actividade científica e artística dos jesuítas na terra de Santa Cruz. A astronomia e a cartografia são devedoras a Diogo Soares, Domingos Capassi, Valentim Estancel e Aloisio Conrado Pfeil, bem como a Luís de Albuquerque, Manuel Beça, Jacobo Cócleo, Manuel Ferreira, Lourenço Kaulen, Inácio Szentmortonyi, João Nepomuceno Szluha, António Ribeiro e Luís da Rocha, por trabalhos de medição de latitudes e longitudes, mapas dos Estados do Sul, do Mato Grosso e Goiás ou do Cabo Norte, que prestaram os mais assinalados serviços, para a fixação das fronteiras do Brasil actual (²).

Nas ciências naturais, Anchieta, Fernão Cardim, João Daniel, Francisco de Lima, Jácome Monteiro e Francisco Soares com o seu admirável *Das Cousas do Brasil*, impresso no *Arquivo Bibliográfico* da Universidade (1904-1906), realizaram observações que muito contribuíram para o conhecimento do clima, do solo, da flora e da fauna brasileiras. A *Carta* de Bartolomeu Rodrigues, de 2 de Maio de 1714 (³), por exemplo, é uma verdadeira corografia do Rio Madeira, como o *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* (Rio de Janeiro, 1820), de João Daniel, o foi para o rio-mar, devendo associar-se-lhe o *Maranhão Conquistado a Jesus Cristo* (⁴), de Bento da Fonseca, primoroso observador e descritor da «pororoca», que o completa.

Com o espólio etnográfico de uma boa parte da epistolografia jesuítica, é possível reconstituir as ideias religiosas, a vida familiar, as relações sociais, a condição económica, o teor de existência, enfim, de centenas de tribos dispersas por todo o vasto continente brasileiro. Nas ciências linguísticas, o idioma africano de Angola teve, em Pedro Dias, um conhecedor exímio, com a sua *Arte da Língua de Angola* (Lisboa, 1697). Para o tupi-guarani, ou língua geral, José de Anchieta, Pêro Correia, Luís Figueira, Francisco Gomes, de cuja *Notícia das Línguas do Brasil* se serviu Hervás y Panduro (⁵). Luís Mamiani, Leonardo do Vale,

(¹) Serafim Leite, *op. cit*, tom. IX, págs. 418.

(²) *Op. cit.*, toms. VIII e IX, nas rubricas onomásticas respectivas.

(³) *Op. cit.*, tom. IX, págs. 84-85. Editada por A. J. de Mello Moraes, em *Corographia Historica ... do Imperio do Brasil*, tom. IV, págs. 361-372. Rio de Janeiro, 1860,

(⁴) Editado por Mello Moraes, *op. cit*, tom. II, págs. 213-219. Rio de Janeiro, 1859.

(⁵) Serafim Leite, *op. cit.*, tom. VIII, págs. 268.

António de Araújo, Pedro Dias e Manuel Viegas, tal como eles, dirigiram cursos, na Baía e noutras casas de formação missionária, ou mesmo em aldeias sertanejas, redigindo gramáticas, vocabulários ou catecismos, até à perfeição de saberem, como Francisco Veloso, «todos os chistes» da língua brasílica, sem haver quem o igualasse (1).

As matemáticas foram professadas nos Colégios das Artes, principalmente pelos jesuítas engenheiros, astrónomos e cartógrafos, como Samperes, Estancel, Soares e Capassi; mas estes não deixaram produção de valia. Nas bibliotecas, não faltavam, porém, as obras de Clávio, Kircher e Newton. Os *Elementos Matemáticos* de Boscovich, publicados em 1752, já, em 1759, se encontravam no colégio do Rio (2). Na nâutica, celebrizaram-se, Pedro de Pedrosa e Honorato Martins, construtor de navios.

Na farmacologia, Francisco de Lima, que, no seu *Dioscorides Brasilicus*, fez uma recolha das plantas medicinais brasileiras, completada com o *De fructibus et rebus naturalibus Brasiliae.* A *Collecção de Receitas* (3) dá-nos uma ideia dos recursos terapêuticos das farmácias inacianas, célebres em todo o Brasil, sendo a «triaga brasílica» o específico que mais popularizou o Colégio da Baía.

Finalmente, nas ciências pedagógicas, Nóbrega abre, com pórtico grego, a série bibliográfica correspondente, no seu *Diálogo da Conversão do Gentio* (Lisboa, 1954), há pouco reeditado por S. Leite, onde os seus cooperadores e sucessores encontrariam a carta magna, que os nortearia na obra de dedicação e sacrifício, consagrados à recuperação dos selvagens para a civilização. Alexandre de Gusmão afirmou-se, nos seus tratados, entre os quais sobressai a *Arte de Criar Bem os Flhos* (Lisboa, 1685), o maior pedagogo brasileiro dos tempos coloniais. Ventídio Baiardo, José Bernardino e Barnabé Soares continuam a tradição.

Cultores das ciências, os jesuítas não podiam nem deviam desprezar as belas-artes, num meio tão sensível a elas como era o ameríndio. É evidente, porém, que, num mundo em formatura e em que todos os recursos eram diminutos para a evangelização, mal se podia dispor de capitais para concretizar enlevos estéticos

---

(1) *Op. cit.*, tom. IX, págs. 184.

(2) *Op. cit.*, tom. VII, págs. 167.

(3) Cfr. Serafim Leite, *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*, págs. 283-300. Lisboa-Rio de Janeiro, 1953.

de vulto. Ainda assim, os Colégios da Baía, S. Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará e Maranhão, nos séculos XVII e XVIII, revestiram-se de certa grandeza arquitectónica, dentro dos cânones da época e dos materiais disponíveis. Para eles, arquitectos e mestres de obras jesuítas, como Afonso Brás, Manuel Rodrigues, João Carneiro, Gaspar de Samperes e tantos outros, deram o melhor do seu engenho (1). A igreja da Vigia, no Maranhão, assume, mesmo, forma original de estrutura, nos seus peristilos exteriores laterais, que diríamos fazerem dela uma rústica Madalena amazónica, de adorável primitivismo (2). Há quem observe o contraste entre as construções dos jesuítas espanhóis na América, impressionantes pela sua grandeza inicial, e as dos portugueses no Brasil. Nem as condições económicas, nem as condições de clima foram as mesmas. E é quanto basta para explicar a diferença (3). Mais valioso foi o recheio artístico em alfaias, pinturas e obras de talha, acumulado em épocas sucessivas nos grandes centros, e que atingiu nível igual ou superior ao de qualquer igreja conventual da metrópole (4), com a vantagem de ter criado escola, sobretudo pelas oficinas de S. Luís de Maranhão e do Pará. À música e à dança, prestaram os jesuítas particular atenção, logo de começo. A música vocal e instrumental, melódica e polifónica, bem como as diversas formas de dança portuguesa e indígena, desempenharam papel importante na vida das aldeias e nos actos académicos dos Colégios das Artes, até ao ponto de, repetidas vezes, o seu uso se reputar excessivo (5). A importação de instrumentos músicos da Europa fez-se em larga escala e uma remessa deles figurou entre os roubos dos piratas ingleses a Fernão Cardim, que disso se queixou a Sir Robert Cecil (6). O aproveitamento dos órgãos nas igrejas era de regra (7). No Seminário-Colégio de Belém da Cachoeira, havia classe de solfa e instrumentos, que não podia faltar nos outros grandes centros

(1) *Ibid.*, págs. 135-136, 140-141, 252, 258-259.

(2) Cfr. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tom. III, págs. 280-283 e 324-325. Queremos aludir à célebre igreja de Paris, tão conhecida pelos turistas.

(3) Cfr. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*, págs. 39 e segs.

(4) Cfr. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tom. VII, págs. 377-416: Tesouro sacro dos Jesuítas da Baía.

(5) *Op. cit*, tom. IX, págs 416-417; tom. IV, págs. 294-296; tom. VII, págs. 369.

(6) *Op. cit.*, tom. VII, págs. 6.

(7) *Op. cit*, tom. V, págs 133; tom. VI, págs. 386.

docentes [1]. As danças nacionais constituíram um excelente meio de penetração entre os índios, como aconteceu com Luís Figueira e Francisco Pinto, nas serranias de Ibiapaba, onde ambos entretinham os selvagens, ensinando-os a dançar ao modo português, o «que para eles, escreviam, era a coisa de mais gosto que pode ser» [2]. Os bailados ameríndios e negros tiveram, sempre, lugar importante nas representações teatrais dos colégios e nos folguedos particulares das aldeias [3].

Na história da cultura, ocupam seu lugar, também, as artes mecânicas e ofícios manuais, como elemento técnico de concretização das ideias e sentimentos humanos ou de valorização dos recursos económicos, a que as ciências e belas artes se amparam. Serafim Leite, o mais benemérito dos historiadores da Companhia de Jesus no Brasil, coroou a sua obra monumental, consagrando um tomo a «*Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*» (Lisboa-Rio de Janeiro, 1953). Dentro da tradição nobreguense, que os fez construtores por suas mãos das primeiras casas da Baía, S. Vicente, Pernambuco e Piratininga, eles exercitaram, em larga escala, todos os mesteres da construção civil, todas as belas-artes, todos os trabalhos de manufactura, todos os serviços administrativos e de saúde, todas as ocupações domésticas e até os empregos de pilotos e construtores navais, para os seus transportes privativos. As obras de hidráulica, engenharia civil, pontes e estradas, ainda hoje se admiram, nos estados do Norte e do Centro do Brasil. Eles foram criadores daquelas dinastias de mesteirais especializados, que marcaram a sua passagem por simples aldeias primitivas, tornadas, actualmente, prósperas cidades, mercê dos quadros de artífices hábeis estabelecidos nelas, pelo sistema de aldeamento, baseado na oração, no trabalho, e na alegria. Concomitantemente, nas terras de sesmaria ou em fazendas adquiridas por compra ou por legados pios, desenvolveram com tal perfeição a agricultura e a pecuária, que elas, graças a uma administração exemplar, lhes permitiram fazer face aos enormes encargos assumidos para sustentar tão pesada máquina docente e catequética, que as ajudas do Estado ou dos fundadores, de nenhum modo, comportavam.

Resumindo este longo, mas objectivo arrazoado: criação do

---

(1) *Op. cit.*, tom. V, págs. 185-188.

(2) *Op. cit.*, tom. III, págs. 7.

(3) *Op. cit.*, tom. II, págs. 315 e tom. IV, págs. 91.

ensino primário, médio e superior, absolutamente gratuito e, de si, aberto a todas as classes sociais, em forma orgânica, metódica, num plano, cujas linhas geográficas essenciais ainda hoje se mantêm; iniciação, no século XVIII, do ensino eclesiástico, dentro do sistema seminarístico preconizado pelo concílio de Trento; promoção, desde os primórdios catequéticos, da educação da juventude feminina, indígena e portuguesa. A par das actividades pedagógicas, dentro dos moldes humanísticos clássicos, principalmente latinos, cujos géneros literários cultivaram com brilho, os jesuítas lançaram, na poesia e no teatro, as bases da literatura brasileira — até a originalidade do nome lhes cabe (1), na pessoa do P.e Belchior Pires; elevaram, progressivamente, a prosa oratória e epistolográfica, ascética e mística ou pedagógica, desde Nóbrega a Vieira, ao seu mais alto esplendor; deram à história política e eclesiástica, principalmente inaciana, e aos estudos geográficos, contribuições da mais nobre valia, na crónica, em memórias informativas, na biografia, na literatura de viagens, em mapas, plantas e estudos geodésicos; cultivaram as ciências linguísticas e as ciências naturais, geográficas, geológicas, zoológicas, botânicas, etnográficas, sociológicas, médicas e farmacológicas, através de toda a costa, em ousadas expedições sertanejas, por todo o vasto continente brasílico; exerceram uma benemérita e, por vezes, heróica acção na defesa da liberdade dos índios e na sua recuperação social e económica para a civilização; pelos seus cursos de artes e cátedras de teologia ou de direito canónico, estudos bíblicos e litúrgicos, criaram, no Brasil colonial, um clima intelectual, filosófico e teológico, similar não só ao da metrópole, mas ao de qualquer comunidade ocidental europeia; finalmente, prestaram, às belas artes e às actividades utilitárias, uma estima e entusiasmo que facultaram o desabrochar do gosto estético e do trabalho criador de fontes de riqueza, a que, em grande parte, se deve o desenvolvimento urbano de muitos dos primitivos aldeamentos índios e a integração das populações aborígenes brasileiras, com muitos milhares de escravos negros, na linha evolutiva da civilização moderna. E, para tudo isto, organizado e estruturado espiritual, económica e socialmente, numa superfície global de oito milhões e meio de quilómetros quadrados (2), por costas perigosas e selvas impenetráveis ou divididas por torrentes caudalosas, cheias de

(1) *Op. cit.*, tom. VII, págs. 42.

(2) Plínio Salgado, *Como Nasceram as Cidades do Brasil*, págs. 17. Lisboa, 1946.

rápidos e cachoeiras, para além de serranias agrestes, desde as de Ibiapaba e Arabó do Norte às de Paranapiacaba ou do Mar e Geral do Sul, contava-se, apenas, nos anos mais prósperos, com os efectivos permanentes de 550 a 670 membros (incluindo os estudantes da Ordem) (1), disseminados por colégios, seminários, residências ou aldeias da Amazónia, Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio da Prata!

Foi muito? Foi pouco? Afrânio Peixoto viu, nesta gesta de acção, matéria para um undécimo canto dos *Lusíadas*, a cuja inspiração Luís de Camões não resistiria, se a conhecesse (2).

Exagero de amizade? Talvez.

Para as escassas disponibilidades de homens e dificuldades do clima, distância e ambiente, sem falar nas históricas, a crítica objectiva, mas imparcial e compreensiva, parece-nos que há-de concluir, com Churchill, quando deu balanço, nos Comuns, ao serviço da R. A. F. na defesa da Inglaterra, durante o último conflito mundial: «Nunca tantos deveram tanto a tão poucos.» (3)

---

(1) A Província do Brasil tinha, em 1600, uns 182 membros. Em 1700, 317. Em 1757, 476. A do Maranhão em 1652, 15; em 1697, 61; em 1740, 128: em 1760, 155. Nas duas províncias reunidas, em 1760, havia 670. Cfr. *op cit*, tom. I, págs. 578-584; tom. V, págs. 581-587; tom. IV, págs. 353-368. Cfr. com o quadro estatístico do tom. VII, págs. 240. É claro que, tirando os elementos em formação, os homens válidos para o trabalho andariam à volta de 400 a 450.

(2) Afrânio Peixoto, *Discurso na Academia Brasileira*, durante a visita de D Manuel Gonçalves Cerejeira, em *Revista da Academia Brasileira*, vol. XLVI, págs. 349. Rio de Janeiro, 1934.

(3) Churchill, *Discursos*, vol. III. págs. 109 Lisboa, 1942.